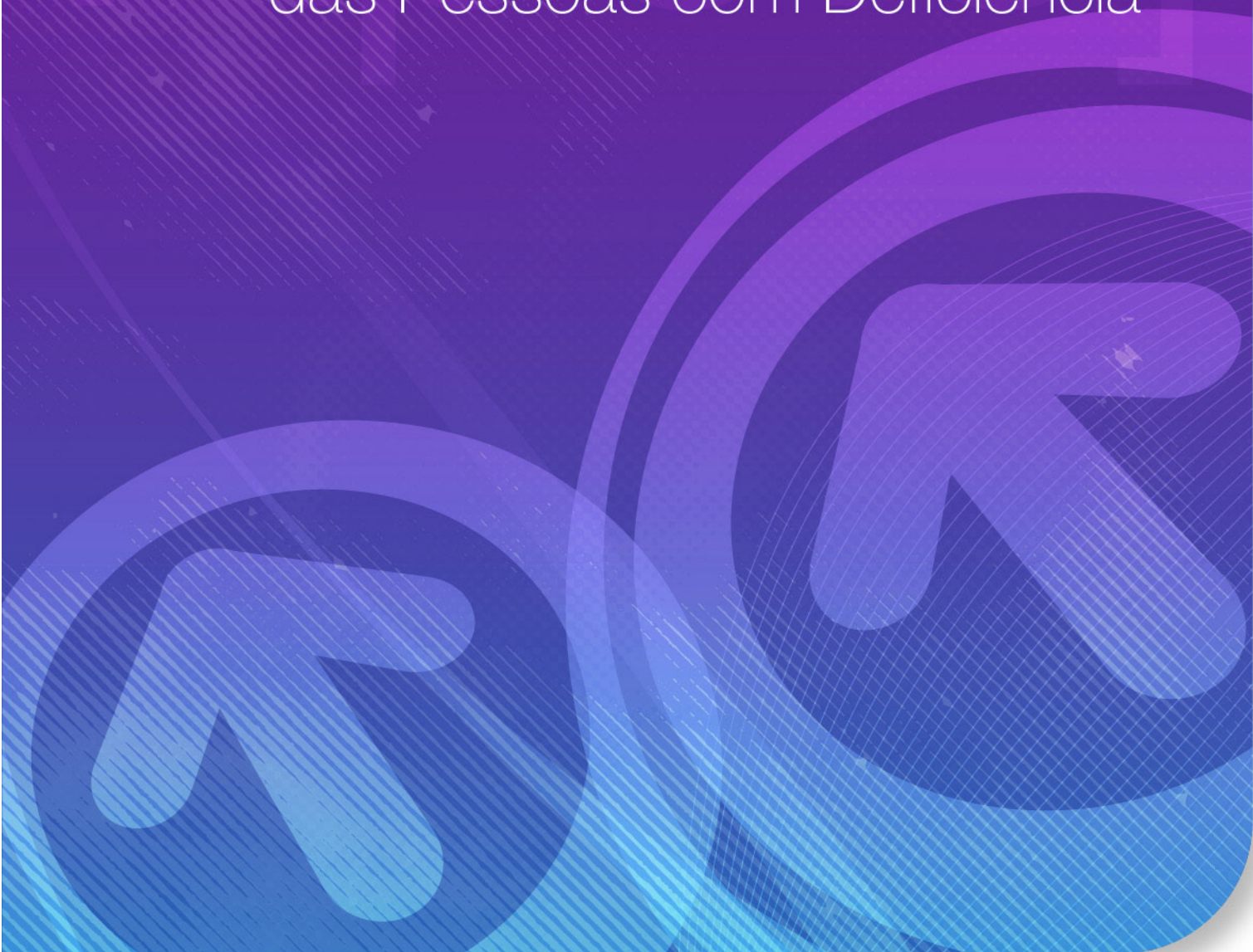


[Guia de Apoio]

Implementação
da Convenção das Nações
Unidas sobre os Direitos
das Pessoas com Deficiência



[Guia de Apoio]

Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência



Entidade Promotora



Entidade Co-financiadora

[Ficha técnica]

■ **Título:**

“Guia de Apoio – Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”

■ **Entidade Coordenadora do Projecto:**

Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI)

■ **Apoio Financeiro:**

Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

■ **Design Gráfico:**

Design e Forma

■ **Execução Gráfica:**

Design e Forma

Lisboa, Dezembro de 2011

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido no todo ou em parte, com obrigatoriedade de citação da fonte, de acordo com: **FENACERCI (2011), *Guia de Apoio – Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência***, Lisboa. Distribuição gratuita.

Para pedidos deverá contactar: Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI): Rua Augusto Macedo, 2A | 1600-794 Lisboa | **Tel.:** 217112580 | **Fax:** 217112581

E-mail: fenacerci@fenacerci.pt | www.fenacerci.pt

[Índice]

Sumário	[p.4]
[1.] Enquadramento	[p.5]
[2.] A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Protocolo Opcional	[p.8]
[2.1] A Convenção das Nações Unidas	[p.10]
[2.1.1] O processo de monitorização	[p.11]
[2.1.2] Relatórios de implementação	[p.12]
[2.2] O Protocolo Opcional	[p.13]
[2.3] Factos, datas e números marcantes	[p.13]
[2.4] Implementação da Convenção das Nações Unidas - Estado da Arte	[p.14]
[3.] Implicações da Convenção das Nações Unidas no desenvolvimento organizacional	[p.17]
[3.1] A Convenção das Nações Unidas e o papel das organizações	[p.19]
[3.1.1] Eixos de intervenção/acções a desenvolver	[p.20]
[3.1.1.1] Dimensão externa	[p.20]
[3.1.1.2] Dimensão interna	[p.22]
[3.1.2] Recursos	[p.23]
[3.1.2.1] Documentos de suporte	[p.23]
[3.1.2.2] Apoio técnico e logístico/recursos	[p.24]
[3.1.3] Propostas de acção	[p.25]
[3.1.3.1] Plano de implementação organizacional da Convenção das Nações Unidas	[p.25]
[3.1.3.2] Realização de um workshop	[p.26]
[3.1.4] Boas práticas	[p.28]
[4.] Informações Úteis	[p.34]
[5.] Bibliografia	[p.37]
[6.] Anexos	[p.41]
Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	[p.42]
Protocolo Opcional à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	[p.60]

[Sumário]

O presente documento, intitulado *Guia de Apoio – Impactos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, pretende ser um instrumento consolidado de orientação e apoio destinado a todas as organizações da área da reabilitação.

O *Guia de Apoio* tem como principal objectivo contribuir para a promoção dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, por meio da divulgação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (adiante designada como Convenção) e da adopção de estratégias que visem, sempre que necessário, mudanças e/ou adaptações organizacionais, de forma a responderem directamente ao determinado na mesma.

Nesta linha, o documento enuncia a todas as organizações interessadas no tema, e recorrendo a uma abordagem pragmática, as implicações que a Convenção exige em termos de funcionamento e dinâmica organizacional.

Por outro lado, o *Guia* pretende ainda despretensiosamente, e tendo em consideração que é um documento que se encontra em permanente construção colectiva, expor pistas de acção e recomendações, com o intuito de promover a inclusão e participação de todas as pessoas com deficiência na organização em que se inserem e, em última análise, na sociedade a que inequivocamente pertencem.

A Convenção, para além de definir as obrigações dos Estados Partes⁽¹⁾ que a subscreveram, inclusivamente no que respeita ao estabelecimento de políticas, leis e programas de acção destinados às pessoas com deficiência, também lança o repto às organizações não governamentais e à sociedade civil para que se envolvam activamente na concepção e execução de medidas que visem a implementação efectiva do designado na mesma. É partindo deste desafio, e pretendendo a FENACERCI desenvolver em parceria com os demais interessados, um papel activo e decisor neste processo de co-responsabilização colectiva, que se consolidou o presente documento.

⁽¹⁾ Denominação constante na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência relativa aos Estados que ratificam a mesma.

Devido à universalidade dos princípios consagrados na Convenção, é convicção da Federação que a sua implementação em contexto organizacional promoverá uma melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo seu universo de associadas e organizações congéneres. ■

[1.]

Enquadramento

[Enquadramento]

O presente documento teve como principal divisa dar continuidade ao trabalho iniciado pela FENACERCI na anterior edição do *Subprograma Incluir Mais Edição 2010*, onde se desenharam as primeiras ideias sobre a implementação da Convenção ao nível da missão e funcionamento das organizações da área da deficiência e reabilitação.

Sendo assim, com o apoio do Instituto Nacional para a Reabilitação – INR, I.P., igualmente no âmbito do *Subprograma Incluir Mais Edição 2011*, a FENACERCI desenvolveu o presente documento de orientação e apoio organizacional intitulado *Guia de Apoio – Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*.

Neste contexto, a FENACERCI entendeu fundamental que, face à existência de um instrumento de promoção e protecção dos direitos humanos e liberdades fundamentais de todas as pessoas com deficiência (a Convenção), se consolidasse um documento de orientação/apoio destinado às organizações suas associadas e congéneres, para que as mesmas passem a ser conhecedoras da Convenção e que possam, de uma forma mais prática, promover e implementar os direitos definidos neste documento fundamental.

A concepção do presente documento tem como objectivos gerais:

- Proteger e promover os direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência;
- Implementar as medidas necessárias para que se evite a discriminação em razão da deficiência.

Assumindo como meta final o cumprimento cabal dos objectivos gerais anteriormente referenciados, estabeleceram-se como objectivos específicos:

- Divulgar a Convenção e o Protocolo Opcional à Convenção;
- Sensibilizar para a importância da Convenção na assumpção dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência;
- Dotar as organizações, mais precisamente a sua gestão de topo, profissionais de intervenção directa e indirecta, voluntários, pessoas com deficiência e suas famílias/pessoas significativas⁽²⁾ de conhecimento o mais aprofundado possível sobre a Convenção e o Protocolo Opcional;

⁽²⁾ Ao longo do documento a referência a pessoas significativas define todas as pessoas que estabelecem relações de proximidade (afectivas, sociais, entre outras) com o cliente, como sejam os seus amigos, vizinhos, representante legal, entre outras. Este conceito encontra-se definido de acordo com os Manuais de Gestão de Qualidade das Respostas Sociais do Instituto da Segurança Social.

- Promover a adopção de estratégias de mudança organizacional que respondam directamente ao consignado na referida Convenção.

Considera a FENACERCI que para a realização do presente documento se deveria seguir todas as etapas metodológicas de forma coerente, dando especial ênfase à etapa da validação, na medida em que somente por meio desta acção se pode analisar a qualidade e a eficácia no terreno deste instrumento, promovendo a sua melhoria contínua. Nesse contexto, e preliminarmente à fase da disseminação do documento, foi necessário aferir a existência de critérios específicos, tais como o seu carácter inovador, a demonstração de utilidade imediata relativamente à actuação das organizações e a acessibilidade para todos os envolvidos/interessados (e.g. ao nível da linguagem utilizada), tendo em vista tornar simples a apreensão, incorporação e utilização do seu conteúdo. Realizaram-se momentos de trabalho conjunto com profissionais de intervenção directa oriundos das associadas da Federação, privilegiando acima de tudo a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (internet e correio electrónico).

A Convenção não encerra em si a descrição de novos direitos, e veio acima de tudo confirmar, do ponto de vista legal, as obrigações dos Estados na promoção e protecção dos direitos das pessoas com deficiência. Simultaneamente, apela à participação e co-responsabilização de toda a sociedade, incluindo as organizações de intervenção directa, para a criação de condições que garantam os direitos fundamentais das pessoas com deficiência e que combatam situações que indiciem a sua discriminação.

A FENACERCI entende que pelo facto da Convenção abordar os direitos da generalidade das pessoas com deficiência (deficiência física, auditiva, visual, motora e intelectual) permite que os conteúdos deste *Guia de Apoio* possam ser apropriados e incorporados pelas mais diversas organizações da área da reabilitação. ■

[2.]

A Convenção das Nações
Unidas sobre os Direitos
das Pessoas com Deficiência
e o Protocolo Opcional

[A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Protocolo Opcional]

Actualmente, as pessoas com deficiência continuam a representar um dos mais marginalizados grupos da sociedade assistindo com frequência, e em muitos países do mundo, à indiferença e ausência do reconhecimento pleno dos seus direitos. Encontram-se recorrentemente excluídas e lembradas das suas incapacidades por parte dos mais diversos sectores e actores da sociedade.

Em Portugal, e ainda sem dados disponíveis sobre o último acto de recenseamento realizado em 2011 sobre a caracterização da população residente/presente em território nacional, estima-se que 6,13% da população nacional (636 059 pessoas) sejam pessoas com deficiência. A maioria das crianças/jovens em idade escolar está matriculada em estabelecimentos de ensino da rede pública e cerca de metade das pessoas em idade laboral encontra-se incapacitada de forma permanente para a sua inserção efectiva no mercado de trabalho. Relativamente ao tipo de deficiência, estima-se uma taxa de incidência de 0,68% (70.994) de pessoas que apresentam deficiência intelectual, maioritariamente entre a faixa etária dos 15 aos 59 anos de idade ⁽³⁾.

Numa perspectiva mais global, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima, e segundo dados constantes no seu sítio da internet, que 10% da população mundial, quase 650 milhões de pessoas, sejam pessoas com deficiência. Considera, igualmente, que uma elevada percentagem das crianças com deficiência não frequentem estabelecimentos de ensino, se encontra mais vulnerável a situações de maus-tratos e que a grande maioria vive em países subdesenvolvidos. Também é afirmado que a representatividade de países que detêm legislação sobre a não discriminação é manifestamente reduzida.

A temática da deficiência encontra-se em permanente evolução, acompanhando as novas descobertas na área da medicina, da reabilitação, da tipologia dos serviços a prestar assim como no que respeita às metodologias de intervenção destinadas a pessoas com deficiência e respectivas famílias. Pode afirmar-se, sem sombra de dúvidas, que a deficiência é resultado

⁽³⁾ Dados retirados do XIV Recenseamento Geral da População realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, INE em 2001

da interacção entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que, em primeira análise, as impedem de participar de forma plena e efectiva na sociedade em condições de igualdade com os restantes cidadãos. A deficiência não se encontra na pessoa em si, mas na relação de reciprocidade que detém com o meio envolvente. Foi tendo como pedra basilar estes pressupostos que surgiu a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

2.1 A Convenção das Nações Unidas

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência⁽⁴⁾ surge, após trabalhos realizados entre 2002 e 2006, e é fruto dum consenso generalizado entre diferentes actores e agentes considerados chave da sociedade – governos, organizações, comunidade em geral, cidadãos e as próprias pessoas com deficiência. Representou um desafio acrescido na sua concepção e, acima de tudo, demonstrou a capacidade de mobilização conjunta em prol de um objectivo comum.

A sua criação e posterior aprovação representam um marco histórico na medida em que é, declaradamente, a primeira Convenção do século XXI na área dos Direitos Humanos.

Pretende ser um instrumento que vincule e fidelize todos os Estados que a subscrevam a conceber as alterações necessárias em matéria legislativa para que se garantam de forma efectiva o respeito pela integridade, dignidade e liberdade individual de todos os cidadãos com deficiência, nas mais variadas áreas como sejam a educação e acesso à informação, formação, emprego, reabilitação e habilitação, saúde, serviços públicos, entre outras. Estas alterações podem e devem ser consubstanciadas, reforçando a proibição da discriminação das pessoas com deficiência, por meio de leis, políticas e programas que respondam de forma directa às suas características e necessidades, possibilitando assim a sua participação efectiva na sociedade.

A Convenção é um documento único do ponto de vista da sua concepção e posteriores impactos, na medida em que concilia num só espaço (a) uma nova abordagem ao conceito de deficiência, (b) um instrumento para a promoção de direitos humanos e (c) o incitamento a mudanças de índole política e legislativa. Não define o conceito de deficiência em si, mas salienta a mutação permanente do mesmo e a sua interdependência com o meio envolvente. Afirma que a deficiência não se encontra na própria pessoa mas na sua relação com o ambiente que, de forma recorrente, não possui e, muitas vezes, não promove mecanismos e estratégias inclusivas (e.g. barreiras arquitectónicas, informação complexa). Contudo, e ainda neste âmbito, aborda o conceito de

⁽⁴⁾ Anexo n.º1 do presente documento

discriminação com base na deficiência (Artigo 2.º) definindo-a como *qualquer distinção, exclusão ou restrição que tenha como fim impedir o reconhecimento e efectivação dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência*.

A sua finalidade (Artigo 1.º) principal é *a promoção, protecção e garante do pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e a promoção do respeito pela sua dignidade*. Fundamenta a sua aplicabilidade em princípios gerais (Artigo 3.º), a saber:

- Dignidade e autonomia individual – na medida em que todas as pessoas têm direito a fazer as suas próprias escolhas e a serem independentes, de acordo com o seu grau de autonomia;
- Não discriminação – seja esta realizada de forma directa ou indirecta; todas as pessoas têm direito a serem tratadas de forma justa, sem haver lugar a discriminação;
- Participação e inclusão plena e efectiva na sociedade;
- Respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana;
- Igualdade de oportunidade;
- Acessibilidade – este princípio é um ponto-chave e fulcral visto que, se efectivado de forma plena, promove a inclusão e o *empowerment* individual.
- Igualdade entre homens e mulheres;
- Respeito pela capacidade de desenvolvimento das crianças com deficiência e pelo direito a preservarem as suas identidades.

Com o objectivo de garantir a execução plena dos direitos das pessoas com deficiência, foi igualmente instituído neste âmbito um sistema de monitorização internacional a Comissão para os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esta Comissão é composta por peritos independentes, com a missão de analisar os progressos realizados a nível nacional, tendo por base relatórios nacionais apresentados pelos Estados Partes que ratificaram a Convenção.

2.1.1 O processo de monitorização

A Convenção (Artigo 33.º) responsabiliza os Estados Partes pela criação de estruturas nacionais para a implementação efectiva da mesma. As três figuras responsáveis por esta monitorização são os denominados Pontos de Contacto, os Mecanismos de Coordenação e os Mecanismos Independentes.

A constituição de Pontos de Contacto é um pré requisito para a execução da Convenção a nível nacional. As suas principais tarefas baseiam-se na promoção da própria Convenção e na verificação da sua implementação, na coordenação de todas as acções governamentais relativamente às actividades informativas, de monitorização e de sensibilização e por fim na articulação com os mecanismos independentes e com a sociedade em geral.

No que respeita aos mecanismos de coordenação, a constituição dos mesmos tem um carácter opcional. Estes mecanismos deverão funcionar no aparelho do Estado e ter como principal papel implementar e facilitar a realização de acções

diversas entre as diferentes áreas de intervenção (educação, saúde, formação e emprego, entre outras).

Relativamente aos mecanismos independentes, os mesmos podem ser constituídos por um ou mais organismos, ficando estes com a função de promover, proteger e monitorizar a implementação. Para estes mecanismos podem ser nomeadas instituições nacionais para os direitos humanos que devem verificar a concordância entre a legislação e as práticas, bem como promover a divulgação da temática dos direitos humanos.

2.1.2 Relatórios de implementação

Relativamente a este mecanismo de avaliação com cariz continuado, visto que após a apresentação do primeiro relatório deverão apresentar-se edições subsequentes a cada quatro anos ou sempre que a Comissão solicitar, é igualmente essencial que os mesmos sejam elaborados com a participação das organizações de e para pessoas com deficiência.

Foram estabelecidas como linhas orientadoras para a elaboração destes relatórios os seguintes itens de análise:

- Informação que reporta ao enquadramento geral, no que concerne à protecção e promoção dos direitos humanos, informação sobre políticas de igualdade e não discriminação e propostas efectivas de correcções;
- Informação específica relativamente à implementação, quer a nível legislativo quer a nível prático, dos Artigos 1.º a 33.º da Convenção;

No que concerne aos direitos reconhecidos na Convenção, os relatórios devem incluir, entre outros itens, a descrição de políticas, estratégias e legislação existentes, bem como os recursos disponíveis; a existência ou não de legislação anti-discriminação em razão da deficiência; mecanismos de monitorização existentes, incluindo indicadores de avaliação da implementação e dados estatísticos sobre a implementação de cada um dos direitos da Convenção apresentados de forma desagregada.

O Artigo 35.º da Convenção obriga cada Estado Parte a submeter à apreciação da referida Comissão para os Direitos das Pessoas com Deficiência este relatório detalhado, dois anos após a ratificação, sobre as medidas adoptadas para cumprir as obrigações decorrentes da Convenção e sobre o progresso alcançado a esse respeito.

A anteriormente referida Comissão realizará um relatório bianual (Artigo 39.º) sobre o desenvolvimento das suas actividades e no mesmo haverá lugar para a apresentação de sugestões e recomendações de carácter geral, tendo como base a análise realizada sob os relatórios enviados pelos diferentes Estados Partes. O relatório será entregue à Assembleia-geral das Nações Unidas e ao Conselho Económico e Social.

2.2 O Protocolo Opcional

Foi realizado um Protocolo Opcional⁽⁵⁾ à Convenção que tem como principal objectivo realizar acções de monitorização da aplicação da Convenção nos diferentes Estados Partes. No entanto, este Protocolo encerra em si uma outra finalidade considerada inovadora, na medida em que reconhece o direito a indivíduos ou grupos de indivíduos de realizarem queixas de ordem pessoal. Sendo assim, o Protocolo permite que indivíduos, oriundos de países onde este tenha sido ratificado, possam realizar queixas junto da já referida Comissão quando todos os recursos de âmbito nacional tenham sido explorados e esgotados. As queixas podem ser referentes à denúncia de não cumprimento ou à violação de qualquer um dos direitos consignados na Convenção.

2.3 Factos, datas e números marcantes

Foi em Dezembro de 2001 que o México apresentou à Assembleia-geral das Nações Unidas a proposta de se criar uma Comissão Ad Hoc, a qual deveria considerar propostas de elaboração de uma convenção, o mais abrangente possível e tendo em vista a sua aplicação internacional, sobre os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência. A Convenção foi negociada durante oito sessões pela Comissão Ad Hoc, de 2002 a 2006, tornando-se no tratado de direitos humanos alcançado de forma mais célere.

A Convenção e o Protocolo Opcional foram aprovados a 13 de Dezembro de 2006 na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, e foram abertos à assinatura por parte dos interessados a 30 de Março de 2007. Neste dia, 82 países tornaram-se signatários da Convenção, 44 signatários do Protocolo Opcional e um ratificou a Convenção. Este é o maior número de signatários, alguma vez visto, relativamente a uma Convenção da ONU no seu dia de abertura. De momento, existem cerca de 153 países signatários da Convenção e cerca de 90 países fizeram o mesmo relativamente ao Protocolo.

A Convenção das Nações Unidas apresenta 50 artigos, dos quais 21 dizem directamente respeito à garantia dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Artigos 10.º ao 30.º).

O Governo Português, no dia 30 de Março de 2007, assinou tanto a Convenção como o Protocolo Opcional, ratificando ambos os instrumentos por Decreto Presidencial ⁽⁶⁾ a 30 de Julho de 2009 e entregando-os na sede da ONU a 23 de Setembro de 2009. É essencial referir que estas ratificações implicam a passagem dos pressupostos da Convenção para o quadro nor-

⁽⁵⁾ Anexo n.º2 do presente documento

⁽⁶⁾ Decreto do Presidente da República n.º 71/2009 Diário da República, 1.ª série — N.º 146 — 30 de Julho de 2009; Decreto do Presidente da República n.º 72/2009 Diário da República, 1.ª série — N.º 146 — 30 de Julho de 2009

mativo nacional, obrigando-se o Estado Parte a implementar as medidas necessárias para o seu cumprimento.

2.4 Implementação da Convenção das Nações Unidas – Estado da arte

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência marca uma mudança de paradigma em termos conceptuais e estruturais. Conceptual na medida em que, por um lado, encara os direitos das pessoas com deficiência, partindo de um modelo social da deficiência, ao invés do modelo médico até então referenciado (preâmbulo e Artigo 1.º) e, por outro, a passagem de um mecanismo de substituição para um mecanismo suportado de tomada de decisão (Artigo 12.º). Em muitos casos, esta nova abordagem exige uma renovada forma de compreender o exercício de direitos humanos. A mudança estrutural encontra-se reflectida na definição de metodologias de implementação dos direitos, recorrendo à criação de estruturas de âmbito nacional para a implementação da Convenção.

De acordo com o seu âmbito de actuação, é considerada como um instrumento de promoção de desenvolvimento global, na medida em que reconhece a importância da cooperação internacional para a prossecução dos seus objectivos (Artigo 32.º). Considera ainda viável a adopção de medidas apropriadas entre Estados e organizações que se materializem na troca e partilha de informação/experiências, programas de formação e práticas bem sucedidas, assim como na cooperação em investigação e partilha/transferência de tecnologias de acesso e de apoio.

É por meio da mudança dos modelos de intervenção e aplicação destas medidas de abrangência mundiais que a Convenção se tornou numa realidade e surtirá impactos na vida diária das pessoas com deficiência.

Desde a adopção (2006) e a entrada em vigor (2008)⁽⁷⁾ da Convenção que os países que a subscreveram assumiram uma elevada responsabilidade, de contornos pró activos, na construção contínua e partilhada de acções de sensibilização, promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Esta responsabilidade, além de uma mudança clara de paradigma e da assumpção inequívoca do reconhecimento dos direitos adstritos às pessoas com deficiência, obrigou a transformações profundas nos mecanismos de protecção destes cidadãos.

⁽⁷⁾ É importante referir que a existência deste hiato de tempo se deve ao facto de todos os documentos desta índole exigirem um mínimo de 20 signatários para poderem ser considerados viáveis para a sua entrada em vigor.

Em primeiro lugar, a adopção da Convenção induz, indubitavelmente, a uma conciliação entre o que esta preconiza

e a legislação/prática nacional. Nos últimos três anos, e dos relatórios até agora tornados públicos pela Comissão para os Direitos das Pessoas com Deficiência, os países signatários apostaram em diversas frentes para que o instituído na Convenção, paulatinamente, se tornasse numa realidade reconhecida a nível nacional. É notória a aposta contínua por parte dos signatários na modificação de instrumentos legais como por exemplo a reformulação de leis nacionais sobre a integração social, económica e política das pessoas com deficiência (Camarões, Jordânia, Argentina), assim como na implementação de raiz de mecanismos de protecção como a definição de leis sobre a não discriminação (Eslovénia, Tailândia).

Houve lugar, igualmente, à criação de planos nacionais direccionados exclusivamente para as pessoas com deficiência (Congo, Indonésia, Oman), os quais encerram actividades de índole diversa (sensibilização, divulgação, formação, entre outras), sendo de salientar aquelas que promovem a participação activa das pessoas com deficiência no que respeita aos processos de tomada de decisão (Japão, Paquistão, Haiti). Foram desenhados projectos de intervenção em parceria com o poder público e as organizações não governamentais da área da deficiência (Bósnia Herzegovina) e igualmente criados departamentos estatais e observatórios nacionais para a implementação e monitorização da Convenção (Filipinas, Itália, Congo). De igual forma, os países apostaram na dinamização de espaços de pesquisa, reflexão e debate sobre metodologias e instrumentos de intervenção na área da reabilitação e deficiência (Austrália, Arábia Saudita), bem como na construção de mecanismos de levantamento estatístico de maneira a caracterizar a população com deficiência de forma precisa e contínua (Costa Rica, Jordânia).

No que respeita ao panorama nacional, foi aprovada a Estratégia Nacional para a Deficiência (ENDEF) 2011-2013, na sequência do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade – PAIPDI, que vigorou entre os anos de 2006 e 2009. A ENDEF, que detém acompanhamento técnico e executivo por parte do Instituto Nacional para a Reabilitação – INR, I.P., representa um instrumento de trabalho que serve de apoio às diversas políticas de promoção dos direitos das pessoas com deficiência e que reúne um conjunto de medidas no respeito pelos princípios subjacentes à Convenção. Encontra-se subdividida em cinco eixos de intervenção para os quais foram definidos diferentes medidas, indicadores/objectivos, actores responsáveis e respectivo cronograma. Os eixos que integram a referida Estratégia denominam-se:

- 1** Deficiência e multidiscriminação;
- 2** Justiça e exercício de direitos;
- 3** Autonomia e qualidade de vida;
- 4** Acessibilidades e design para todos;
- 5** Modernização administrativa e sistemas de informação.

Segundo os dados disponibilizados pelo INR, I.P.⁽⁸⁾, e relativamente ao primeiro eixo foi elaborado um plano de formação destinado a técnicos da administração pública, estudantes do ensino superior e a outros técnicos de intervenção directa. No âmbito deste plano, já se realizaram duas acções de formação, encontrando-se prevista a realização de mais quatro assim como cerca de quarenta acções de sensibilização. Reportando ao eixo cinco, importa ressaltar o efectivo alargamento da rede nacional de Serviços de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (vide ponto 3.1 *A Convenção das Nações Unidas e o papel das organizações*).

O Estado Português, igualmente através do INR, I.P., concede às organizações não governamentais diferentes medidas de apoio para a realização das suas actividades assim como para o desenvolvimento de projectos que visem a promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Ainda neste âmbito, detém o Instituto a responsabilidade de promover um programa de apoio financeiro denominado *Subprograma Incluir Mais* que define como um dos critérios de selecção de candidatura o desenvolvimento de actividades específicas no âmbito da implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Promove, igualmente, a realização de eventos públicos recorrendo a metodologias de acção dinâmicas e participativas, que se materializam em seminários, workshops e conferências.

Como Ponto de Contacto foi indicado, igualmente, o INR, I.P., que como tal promove, além do já referenciado, acções de índole diversa (actividades informativas, de monitorização e de sensibilização) para a execução dos princípios da Convenção a nível nacional, desenvolvendo ainda uma articulação permanente entre os mecanismos independentes e a sociedade em geral. Por sua vez, para a realização das actividades respeitantes à figura de mecanismo independente foi criada a Comissão Nacional para os Direitos Humanos, que funciona na dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁽⁸⁾ Apresentação de dados realizada durante a 1ª Reunião do Grupo Interdepartamental para a ENDEF, Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013, 17 de Maio de 2011, Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação e INR, I.P., <http://www.inr.pt/content/1/1487/estrategia-nacional-para-deficiencia-ende>

Pode afirmar-se que desde a ratificação da Convenção por parte dos diferentes Estados, um longo caminho já se encontra percorrido: reformularam-se leis, mudaram-se paradigmas, preconceitos, criaram-se planos estratégicos de intervenção e planos de monitorização. No entanto, o trabalho ainda está longe de ser dado como concluído. Para que a Convenção seja contínua e amplamente reconhecida como um instrumento fulcral para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, é essencial continuar a apostar na construção de redes de parceria efectivas entre todos os interessados (organismos públicos, organizações privadas e sociedade em geral) e criar mecanismos de promoção para a participação activa das pessoas com deficiência neste processo. ■

[3.]

Implicações da Convenção
no desenvolvimento organizacional

[Implicações da Convenção no desenvolvimento organizacional]

As organizações associadas da FENACERCI que prestam serviços e desenvolvem actividades na área da reabilitação das pessoas com deficiência inserem-se na esfera de intervenção da Economia Social onde, juntamente com as associações, mutualidades e instituições particulares de solidariedade social, partilham como ética e valores essenciais a primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital, a gestão autónoma e independente, a democracia, a solidariedade, a responsabilidade social e interesse pela comunidade.

A FENACERCI e o seu universo de Associadas posicionam-se no sector cooperativo, que se encontra, hoje em dia, organizado em doze ramos de actuação diferenciados, existindo para cada um destes, para além da legislação nacional de enquadramento geral (Código Cooperativo e Estatuto Fiscal Cooperativo) legislação específica. Segundo dados (relativos ao ano de 2008) avançados pela CAsES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, existem cerca de 3288 cooperativas a nível nacional, sendo o universo das cooperativas de solidariedade social composto por 201 membros, das quais 61 prestam atendimento à população com deficiência intelectual e suas famílias.

As cooperativas de solidariedade social, associadas da FENACERCI, prestam atendimento directo e/ou indirecto a cerca de 8 mil crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual e/ou multideficiência e suas famílias. Desde a sua génese que pretendem sensibilizar a opinião pública para os problemas da população com deficiência intelectual, visando uma mudança de atitude que permita uma melhor integração da pessoa com deficiência na sociedade.

Estas cooperativas configuram um universo de intervenção alargado no domínio da intervenção social de proximidade, visto que desenvolvem/disponibilizam um vasto leque de respostas consideradas como adequadas e necessárias no âmbito da protecção na saúde, educação e formação profissional, assim como apoiam e promovem de forma diversificada a inclusão dos cidadãos com deficiência.

⁽⁹⁾ Wirtenberg et al., 2007

Segundo um estudo realizado recentemente⁽⁹⁾ sobre o desenvolvimento organizacional desta tipologia de organizações,

concluiu-se que estas devem realizar um sério investimento em diversas áreas chave:

- Criação e integração de metodologias de resolução sistemática de problemas e adaptação a novas realidades;
- Identificação de áreas prioritárias de intervenção e o seu alinhamento com a missão, valores e estratégia da organização;
- Construção de uma forte capacidade de liderança;
- Investimento estreito sobre o seu relacionamento com a comunidade e
- Prestação continuada de serviços, baseados de forma permanente em princípios de qualidade.

Apesar da melhoria qualitativa e quantitativa de respostas dadas pelas diferentes organizações da área da reabilitação estas permanecem empenhadas na busca permanente de mais e melhores soluções aos novos desafios que vão surgindo.

3.1 A Convenção das Nações Unidas e o papel das organizações

Antes de mais, é essencial neste ponto fazer uma ressalva para o facto de que, em primeira instância, a responsabilidade da defesa dos direitos dos cidadãos e da criação de mecanismos destinados a protegê-los deve ser assumida, de forma clara e inequívoca, pelo Estado. Este tem como sua obrigação inalienável desenhar e aplicar/monitorizar políticas nacionais de protecção, reabilitação e integração destinadas a pessoas com deficiência, tendo em vista a criação de uma sociedade que respeite e aceite sem reservas todos os seus cidadãos. Assim considera-se que deverá não só apoiar como estabelecer parcerias de trabalho com as organizações de terreno, na medida em que estas, por deterem uma visão mais exacta da realidade, podem exercer um papel complementar e preponderante na promoção da integração das pessoas com deficiência.

A principal missão das organizações da área da reabilitação é o desenvolvimento de serviços e actividades de apoio em diferentes domínios de intervenção, sob o primado da qualidade, para as pessoas com deficiência e outras pessoas em situações de vulnerabilidade, promovendo a defesa dos seus direitos individuais e contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida. São organizações que, visando a consagração do direito de exercício pleno de cidadania, fundam a sua actuação em valores basilares como sejam o respeito, a valorização da diferença, a participação activa e a aposta clara nas capacidades ao invés das incapacidades, entre outros. Todos estes valores são igualmente transversais à própria Convenção e aos princípios a esta inerentes, o que pode tornar o processo de transposição do consignado na mesma mais simples e eficaz.

Os princípios gerais da Convenção defendem que as pessoas com deficiência têm direito ao respeito pela sua dignidade, à autonomia individual, à liberdade de escolha, à independência, a serem tratadas de forma justa, a serem respeitadas na diferença, a terem igualdade nas oportunidades, bem como a participarem de forma efectiva na sociedade. Todos estes princípios enunciados se encontram, de forma explícita, reflectidos na missão e visão das organizações na área da reabilitação, o que torna o desafio da apropriação da Convenção no dia a dia das mesmas algo atingível e realista. A grande aposta centra-se, de momento, na divulgação, reflexão e na compreensão das repercussões imediatas da Convenção no seio da dinâmica organizacional, etapas que, uma vez, ultrapassadas podem culminar na realização de um plano de acção organizacional com o intuito de se efectuarem todas as mudanças e/ou adaptações necessárias para a concretização dos pressupostos consagrados.

3.1.1 Eixos de intervenção/acções a desenvolver

O processo de implementação da Convenção, em contexto organizacional, deve ser visto como uma prioridade máxima e um compromisso colectivo. À primeira vista, pode ser considerado como algo complexo, moroso, dispendioso e demasiado abstracto de consubstanciar. No entanto, o principal agente desbloqueador deste processo assenta na predisposição organizacional para realizar uma reflexão/discussão interna e, se necessário e nos pontos que considere fulcrais, promover uma metodologia de médio e longo prazo que preconize a mudança e/ou ajustes para a sua efectivação.

O papel das organizações poderá ser realizado em duas dimensões consideradas como complementares: uma externa e outra interna. No decorrer deste ponto, será sugerida uma panóplia de acções que podem ser incorporadas e dinamizadas por todas as organizações interessadas, sendo que algumas poderão aparecer duplicadas em ambas as dimensões na medida em que se lhes reconhece importância extrema e benefícios directos. Inicia-se este ponto dando primeiro ênfase à dimensão externa.

3.1.1.1 Dimensão externa

A participação activa das organizações, nesta dimensão, pode inicialmente consubstanciar-se na exigência e assumpção do desenvolvimento de um papel participativo na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Significa que, na qualidade de prestadores de serviços de proximidade, além de promoverem a efectivação dos direitos dos seus clientes podem, sempre que necessário, denunciar todas e quaisquer situações em que se considere existir incumprimento de algum dos direitos consignados na Convenção. Podem, e em primeira instância, fazê-lo junto das autoridades nacionais responsáveis (*e.g.* INR, I.P. e Serviços de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, serviços estes instalados nas diferentes Autarquias) e, somente depois de esgotadas todas as vias nacionais, optar por accionar os mecanismos disponibilizados pelo Protocolo Opcional (vide ponto 2.2 do presente documento).

Sendo que a Convenção também determina a realização de um relatório de periodicidade anual (Artigo 39.º) por parte da Comissão que pode englobar sugestões ou recomendações baseadas nos relatórios enviados por cada Estado Parte sobre o desenvolvimento nacional da implementação da Convenção, parece ser determinante que as organizações neste contexto assumam um papel pró activo. Assim, pode livremente constituir-se uma rede de organizações de e para as pessoas com deficiência que tome a seu cargo a tarefa de elaborar um documento síntese que compendie sugestões, recomendações e acções realizadas. A dinâmica organizacional de proximidade instituída pelas organizações de terreno concede uma leitura mais exacta da realidade vivenciada pelas pessoas com deficiência e suas famílias/pessoas significativas. Esta rede poderá ser dinamizada pela FENACERCI, assim como a coordenação da elaboração de um documento único.

No seu relacionamento com a comunidade, as organizações podem realizar um conjunto de actividades, das quais a título representativo se propõem as seguintes:

- Seminários, conferências, mesas redondas, entre outras com o objectivo primordial de promover uma reflexão e um debate, o mais alargado possível, sobre as práticas e as políticas de apoio à pessoa com deficiência.
- Acções de sensibilização/informação e formação que permitam promover e implementar as directrizes definidas na referida Convenção, situação esta que culminará indubitavelmente com o aumento da qualidade dos serviços prestados e que pode ser um mecanismo eficaz de apelo e fomento à participação activa.

Ao assumir a Convenção, e o que esta preconiza, como factor chave de acção em prol da efectiva cidadania das pessoas com deficiência a Sociedade ficará mais atenta, mais exigente e mais participativa no que concerne às acções desenvolvidas pelas organizações. É de esperar que, por estas ou outras actividades participativas e de co-responsabilização, a Sociedade consiga reconhecer e efectivar o seu papel preponderante no desenvolvimento salutar deste processo de implementação dos direitos das pessoas com deficiência.

A relação entre o enquadramento dos serviços prestados pelas organizações, a protecção e a garantia dos direitos e a não discriminação das pessoas com deficiência, tem uma directa e clara dependência com o quadro legislativo em vigor. Sendo assim, parece ser primordial realizar acções de pressão (*lobby*), tal como a Convenção recomenda, junto de entidades governamentais e outros organismos considerados chave com o intuito de implementar novas medidas de protecção e avaliação/adequação das já existentes. Devem as organizações contribuir para o desenvolvimento de políticas de *mainstreaming* na área da deficiência, bem como de alertar os decisores para a necessidade de participação activa das pessoas com deficiência no desenho de novas políticas e de legislação que a estas digam respeito.

No seu relacionamento com as organizações, tanto de cúpula como congéneres, podem as mesmas ser impulsionadoras e dinamizadoras de espaços específicos destinados à discussão conjunta no âmbito da implementação

e monitorização da Convenção, materializando-se estes espaços na realização de seminários, mesas redondas, workshops, entre outros. De igual forma, podem incitar ao desenvolvimento de projectos de investigação/acção nas áreas da acessibilidade a bens, serviços e informação, com dimensões micro e ou macro, dependendo da capacidade de resposta dos envolvidos em termos de recursos físicos, financeiros e humanos.

Podem, igualmente, as organizações da área da deficiência e reabilitação participar de forma activa e permanente em todas as acções de sensibilização/informação e formação que são desenvolvidas no âmbito dos programas e estratégias nacionais.

Adicionar à prática diária novos conhecimentos sobre o desenvolvimento de serviços e de metodologias de trabalho torna-se um imperativo para que se atinja um patamar de excelência na qualidade dos serviços prestados. Assim, podem igualmente as organizações realizar processos contínuos de recolha de informações, promovendo espaços de aprendizagem e de criação de novas oportunidades para além das suas áreas de intervenção, através de estratégias de *benchmarking*. Ao realizar acções conjuntas com organizações congéneres de outros países, que a título de exemplo se podem consubstanciar em momentos específicos de trocas de experiências e práticas bem sucedidas e/ou intercâmbios, garante-se uma grande possibilidade de aquisição de novos conhecimentos, situação esta que pode culminar, por exemplo, na realização de um balanço global do trabalho desenvolvido e, se necessário, permitir a introdução de mudanças estruturais para a promoção da melhoria contínua.

3.1.1.2 Dimensão interna

Com o intuito de dar início a um processo conjunto e participado de reflexão/mudança sobre a implicação que o preconizado na Convenção terá para cada dinâmica organizacional, é essencial primeiro que tudo nivelar o conhecimento sobre a temática de todos os futuros envolvidos. Sendo assim, torna-se imprescindível realizar acções internas de sensibilização/informação com o objectivo de dar a conhecer na íntegra o conteúdo da Convenção e do Protocolo Opcional, sem deixar de abordar as consequências que a sua ratificação traz para o quotidiano.

De igual modo, e ao longo do processo de maturação sobre as implicações da Convenção em contexto organizacional, dever-se-á fomentar espaços específicos para a divulgação de informações adicionais a todos os envolvidos. O ponto de partida de todo o processo de mudança centra-se na imprescindibilidade de dotar principalmente as pessoas com deficiência e suas famílias/ pessoas significativas, de conhecimentos específicos e mecanismos de protecção, tornando-os mais conscientes, responsáveis e participativos na assumpção e defesa dos seus direitos. Sendo assim, e de acordo com o já referido no ponto relativo à dimensão externa e ainda no âmbito do Protocolo Opcional, as organizações

devem dar conhecimento aos seus clientes e famílias, com o maior detalhe possível, sobre a possibilidade de denúncia do não cumprimento de qualquer um dos direitos referenciados na Convenção, assim como de disponibilizar-lhes o apoio necessário para a concretização dessa mesma denúncia.

Sugerem-se, de seguida, alguns exemplos de acções concretas:

- Construir e/ou reformular de um código de ética que consigne os princípios gerais da Convenção;
- Criar e/ou reformular, se necessário, as normas de funcionamento interno da organização de forma a respeitar os princípios gerais da Convenção e a materializar em acções concretas com indicadores passíveis de serem avaliados;
- Criar e/ou reformular, se necessário, a carta de direitos e deveres dos clientes incluindo os princípios gerais da Convenção;
- Promover as mudanças necessárias para que toda a informação que flui dentro da organização, seja esta de carácter institucional e/ou outra, se encontre acessível a todos os destinatários (utilizar regras de leitura fácil, utilizar programas de escrita com símbolos, entre outros).

As pessoas com deficiência devem ser chamadas a desempenhar um papel activo no desenvolvimento das mudanças organizacionais que se pretendam realizar no âmbito da Convenção. Dando seguimento ao preconizado nesta devem realizar-se dinâmicas de trabalho contínuas com as pessoas com deficiência, dando ênfase ao direito da participação activa destes destinatários na vida da organização. É primordial complementar e consubstanciar acções com o ponto de vista e a experiência das pessoas com deficiência, seguindo o mote “Nada sobre nós sem nós!”. Sugere-se, no caso de ser inexistente, a mobilização para a constituição de um Grupo de Auto Representantes (consultar documentação de apoio sugerida no ponto 3.1.2.1 *Documentos de Suporte*). A existência deste Grupo deve ser reconhecida como uma mais valia organizacional, na medida em que se pode tornar num parceiro chave, decisor e responsável nos diferentes processos de mudança a implementar. Extrapolar esta mais valia, dando especial relevo ao trabalho em rede com organizações congéneres nacionais e/ou internacionais, parece ser igualmente um veículo de consolidação de conhecimentos e estratégias de trabalho a desenvolver.

3.1.2 Recursos

3.1.2.1 Documentos de suporte

- Consulta e download no sítio da internet da Federação (www.fenacerci.pt) no espaço Publicações
 - A *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Agora fácil de ler e entender!*, produzida pela FENACERCI com o apoio do INR, I.P. no âmbito do *Subprograma Incluir Mais 2010*. Também pode consultar e descarregar esta publicação [aqui](#).

- Consulta e download no sítio da internet da Federação (www.fenacerci.pt) no espaço Leitura Fácil_Documentos
 - *O que fazer para lutar contra a discriminação* – publicação da Inclusion Europe, em leitura fácil e traduzida pela FENACERCI.
 - *Como Lutar pelos nossos Direitos Utilizando a Lei Anti-Discriminação para Proteger as Pessoas com Deficiências* – publicação da Inclusion Europe, em leitura fácil, como resultado final de um projecto europeu.
 - *Informação para todos - Regras Europeias para fazer informação fácil de ler e de perceber* – publicação da Inclusion Europe, em leitura fácil e traduzida pela FENACERCI.
 - *Formação para os profissionais* – publicação da Inclusion Europe, em leitura fácil e traduzida pela FENACERCI.
 - *Não escreva para nós sem Nós* – publicação da Inclusion Europe, em leitura fácil e traduzida pela FENACERCI.
 - *Ensinar pode ser fácil* – publicação da Inclusion Europe, em leitura fácil e traduzida pela FENACERCI.
 - *Guia para Auto-representantes* – publicação da Inclusion Europe, em leitura fácil e traduzida pela FENACERCI.

3.1.2.2 Apoio técnico e logístico/recursos

As organizações da área da deficiência e reabilitação, no âmbito do processo de implementação da Convenção das Nações Unidas, podem recorrer aos serviços que a Federação dispõe, a saber:

- Acções de Sensibilização/Informação e Formação
 - Sempre que o entenderem necessário, as diferentes organizações podem, junto do Núcleo de Formação da FENACERCI, solicitar informações sobre a realização desta tipologia de acções. O Núcleo de Formação encontra-se dotado de forma adequada, quer em termos de bolsa de formadores (internos e externos) e quer no que respeita a conhecimentos técnicos especializados, para a realização destas actividades.
- Formulação de candidaturas a projectos
 - As associadas da Federação, podem junto do Núcleo de Apoio a Projectos, solicitar informações e apoio para a apresentação de candidaturas a projectos. O referido Núcleo encontra-se dotado de forma ajustada para a prestação deste serviço.
- Apoio Jurídico
 - As organizações associadas da Federação podem, sempre que necessitem, solicitar informações e apoio jurídico (e.g. denúncia de incumprimento de direitos consignados na Convenção), junto do Núcleo de Apoio Jurídico. O referido Núcleo encontra-se dotado dos recursos técnicos necessários à prestação deste apoio.
- Documentação
 - As organizações da área da deficiência e reabilitação podem, sempre que necessitem, requisitar documentação de suporte junto do Centro de Recursos. Este Centro integra uma mediateca, testoteca, software educativos e um pólo de tecnologias de apoio.

Caso as organizações pretendam desenvolver projectos de acção com recurso a financiamento podem consultar diversas informações sobre linhas de financiamento nacionais e europeias, que visem o desenvolvimento de projectos de intervenção para a efectivação da Convenção, no sítio internet do INR, I.P. (www.inr.pt) e no sítio de internet da Agência Nacional para a Gestão do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (www.proalv.pt).

3.1.3 Propostas de acção

A implementação da Convenção em termos organizacionais organizacioanis poderá implicar uma mudança de paradigma nos processos de atendimento e prestação de serviços junto das pessoas com deficiência e suas famílias/pessoas significativas. Com o intuito de agilizar este possível cenário de mudança é sempre necessário, e primeiro que tudo, dar a conhecer com clareza a todos os possíveis envolvidos o que se pretende. É essencial estimular a participação, a partilha de experiências e de pontos de vista. O desenho de objectivos específicos, mensuráveis, atingíveis, realistas e temporizáveis torna-se factor preponderante para uma permanente procura do aumento da performance organizacional em prol dos resultados que se pretendem obter. A consolidação e adopção de novos conceitos/abordagens exige, de forma contínua e partilhada, uma avaliação da sua aplicabilidade na eficácia organizacional. Pretende-se com este processo de mudança a incorporação de uma nova identidade e de mecanismos de relacionamento com os destinatários finais.

No âmbito da aplicação de metodologias de trabalho para a implementação da Convenção existe um variado conjunto de acções que se podem realizar. Entre o desenvolvimento de seminários, produção de documentos de divulgação, disponibilização de informações em sítios da internet, parece que a escolha por metodologias mais participativas e de interacção pode trazer benefícios e resultados mais consistentes. São espaços que apelam a momentos específicos de reflexão e discussão conjunta, bem como promovem a partilha de experiências *in loco* entre os diferentes actores. Desta forma, no decorrer deste ponto, far-se-á a apresentação de duas possibilidades de actuação sem relegar a importância que outras metodologias terão para a realização dos objectivos traçados.

3.1.3.1 Plano de implementação organizacional da Convenção das Nações Unidas

A presente proposta de plano de acção em termos organizacionais encontra-se baseada numa abordagem simples, subdividida em diferentes fases de concepção tendo como ponto essencial da intervenção a realização de acções de sensibilização/informação e formação. É uma estrutura de planeamento tendo por base objectivos com as características já anteriormente referidas, que pode ser incorporada e alterada segundo as necessidades sentidas por parte de cada organização.

Caracterização do Projecto

- Denominação
- Local (espaço) de intervenção

- Objectivo geral
- Objectivos específicos
- Público-alvo ou destinatários
- Áreas de intervenção organizacional
- De acordo com os objectivos e dimensão do projecto constituição de:
 - Equipa de trabalho operacional
 - Equipa de trabalho de retaguarda
 - Equipa de trabalho de consultadoria
- Plano de intervenção (acções)
 - Estado da arte
 - Levantamento da prática organizacional no cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência
 - Acções de sensibilização/ informação e formação
 - Criação de conteúdos para a realização das acções
 - Verificação e adaptação das acções
 - Implementação das acções
 - Avaliação das acções
- Metodologias de trabalho
- Monitorização
- Duração e cronograma das actividades
- Recursos financeiros
- Parcerias
- Produtos
- Disseminação
 - Distribuição de produtos resultantes das acções
 - Realização de eventos públicos

Quando se pensa na realização de projectos que visem a implementação e avaliação da Convenção das Nações Unidas em contexto organizacional, surge inevitavelmente a questão da dotação financeira para a realização dos mesmos. Dada a elevada dependência das organizações da área da deficiência e da reabilitação de financiamento estatal para a disponibilização dos serviços destinados às pessoas com deficiência e suas famílias/ pessoas significativas, e reconhecendo este factor como chave nas diferentes tomadas de decisões organizacionais, o mesmo não deverá ser inibidor da mudança. Se a disponibilidade financeira é reduzida poder-se-á adequar as acções e seus objectivos em função dessa limitação real, bem como por outro lado restringir o público alvo a abranger e/ou seleccionar parcerias locais/ regionais estratégicas e rentabilizadoras no que concerne ao impacto real da acção.

3.1.3.2 Realização de um workshop

Seguindo o mesmo fio condutor da proposta anteriormente explanada, o presente plano para a realização de um workshop encontra-se baseado numa abordagem simples, que muito provavelmente já é desenvolvida nestes moldes pelas organizações. Todavia, e face à importância da constituição de momentos de participação activa, optou-se por abordar o tema. A estrutura de concepção da acção é de fácil apreensão e que pode ser

incorporada e modificada segundo as necessidade sentidas por parte de cada organização.

Conceptualização do workshop

- Definição do objectivo a atingir
- Definição dos principais destinatários
- Definição dos conteúdos a abordar
- Formato da acção (grupos de trabalho)
- Definição do público-alvo ou destinatários
- Definição do número de participantes (de forma a não inviabilizar a concretização dos objectivos estabelecidos)
- Definição dos recursos disponíveis (financeiros, logísticos, entre outros)
- Duração da acção
- Definição do programa e dos tempos exactos a conceder a cada momento de trabalho
- Definição de oradores (explicitação do objectivo da acção e do papel que estes devem desempenhar)
- Definição de espaços de debate e participação

Aspectos Logísticos

- Promoção e divulgação da acção
- Local da realização da acção (tendo em conta os pormenores da acessibilidade física)
- Metodologia para a realização da inscrição
- Ter em consideração os momentos de pausa
- Constituição dos materiais a disponibilizar aos participantes
- Metodologias de registo da acção (filmagem, quando finda a acção proceder à realização de um documento, também em leitura fácil, onde constam as principais conclusões)

Monitorização e Avaliação

- Criar mecanismos de avaliação e monitorização dos impactos da acção

Para a realização de actividades de carácter participativo destinadas a pessoas com deficiência é necessário seguir determinadas regras com o intuito de promover a sua inclusão e participação no decorrer de todo o processo. Segundo o preconizado pela organização europeia Inclusion Europe, torna-se impreterível (quando se assume a qualidade de promotor/dinamizador desta tipologia de acções) conhecer, em primeira análise, as características dos seus principais destinatários. Esta situação torna-se ainda mais premente quando os mesmos são pessoas com deficiência intelectual. Sendo assim, defende esta organização a adopção de algumas ideias:

- **Comunicação** – realizar uma comunicação tendo como suporte materiais de apoio visuais, utilizar uma linguagem clara sem recurso por exemplo ao jargão e/ou palavras técnicas, falar pausadamente, numa frase conter somente uma ideia e pedir retorno à audiência sobre a sua apresentação de forma a adequar o discurso e a passagem de informação;
- **Conteúdos** – evitar conceitos abstractos e o recurso a referências, utilizar exemplos práticos para a correlação entre suposições/conceitos e a vivên-

cia quotidiana dos destinatários, usar verbos activos ao invés de passivos, não usar estrangeirismos;

■ **Apresentação dos conteúdos** – não usar imagens de fundo, utilizar fontes de letras legíveis e de tamanho grande (e.g. tamanho 14), não usar palavras em negrito ou itálico, usar símbolos concretos para ilustrar ideias, não infantilizar a passagem da informação;

■ **Relacionamento com os destinatários** – criar interacção com os mesmos por meio de uma postura comunicativa e facilitadora, constituir momentos para debate, respeitar os momentos de pausa (para que os destinatários da acção possam aproveitar para recuperar energias) com o intuito de melhorar a concentração e apreensão de conhecimentos.

3.1.4 Boas práticas

A Convenção encerra em si a descrição de cinquenta artigos, onde se abordam temas fulcrais como sejam o direito à educação, à saúde, ao emprego e à formação profissional, entre outros. Para a abordagem do presente ponto, seleccionaram-se somente seis artigos que sugerem ter uma aplicabilidade directa no trabalho que as organizações da área da deficiência e reabilitação desenvolvem. Para cada um destes artigos será realizado um pequeno enquadramento e igualmente mencionada a existência de uma boa prática, pretendendo desta forma impulsionar a adopção da mesma bem como suscitar a criação de outras, com as devidas adaptações e por força do contexto onde poderá ser reproduzida.

■ Acessibilidades (Artigo 9.º)

O Artigo 9.º defende a eliminação de barreiras das mais variadas formas (arquitectónicas, informação) com que as pessoas com deficiência se deparam no seu dia-a-dia quando pretendem usufruir de serviços, utilizar transportes, ter acesso a informação, entre outras situações.

■ Liberdade de expressão e opinião e acesso a informação (Artigo 21.º)

O Artigo 21.º explana a importância das pessoas com deficiência receberem informação variada de maneira acessível e sem encargos adstritos. Encoraja os media a desenvolver mecanismos de comunicação compreensíveis a todos, bem como apela às organizações que apostem fortemente na mesma metodologia de passagem de informação.

A título de exemplo e no que se refere principalmente à acessibilidade na área da divulgação de informação, existe uma série de acções que podem ser desenvolvidas tendo como objectivo tornar a informação escrita mais acessível a todos os interessados (e.g. pessoas com deficiência e seus familiares/pessoas significativas, assim como pessoas com baixa literacia). Podem realizar-se acções de sensibilização e/ou formação destinadas a profissionais de intervenção directa (âmbito interno) e a entidades consideradas chave (âmbito externo), de forma a que estas (re)conheçam metodologias de trabalho que facilitem a escrita e posterior leitura/apropriação das informações a disponibilizar. Estas acções podem ter a duração de um ou dois dias, durante os quais se poderá dar a conhecer instrumentos que já foram criados, testados e agora colocados ao dispor de todos os interessa-

dos para a realização de informação em leitura fácil (ver ponto 3.1.2.1 *Documentos de Suporte*), bem como promover espaços específicos de experimentação/construção de conteúdos em leitura fácil sobre temas organizacionais e sobre aqueles que se referem à vida em sociedade (e.g. como aceder aos serviços do centro de saúde, como utilizar a rede de transportes locais, entre outros).

A FENACERCI, neste âmbito e por meio das actividades adstritas ao seu Núcleo de Formação, promove acções formativas na área da Leitura Fácil destinadas a profissionais que desenvolvam a sua actividade na área da deficiência e reabilitação e/ou outros públicos alvo interessados no tema. Sobre estas acções as organizações podem, sempre que o entenderem pertinente, solicitar junto da Federação informações de índole diversa (ver ponto 3.1.2.2 *Apoio técnico e logístico/recursos*).

Tal como o preconizado no Artigo 21.º, os meios de comunicação social têm uma responsabilidade acrescida na qualidade de veículos primordiais de informação diversa e apela à intervenção directa das organizações da área da deficiência e reabilitação neste processo. As pessoas com deficiência são por direito receptores de todo o tipo de informação veiculada e como tal esta deverá ser facultada de forma compreensível. Importa neste contexto referenciar que a Fenacerci participou num projecto europeu onde foram criadas diversas ferramentas a utilizar por parte das organizações tanto para acções internas como para acções externas de mobilização/partilha de informações junto dos diferentes meios de comunicação social. Foi criado um documento intitulado *Guia para Profissionais dos Media – Notícias sobre Pessoas com Deficiência Mental* o qual inclui um índice de terminologias (saber como aplicá-las), informações gerais sobre as pessoas com deficiência, bem como mecanismos de interacção, comunicação e dicas para a condução de entrevistas. O referido documento encontra-se para consulta e download no sítio da internet da *Fenacerci – Projectos, Projectos Terminados Projecto “Real Live Media”*.

■ Reconhecimento igual perante a lei (Artigo 12.º)

O Artigo 12.º defende que as pessoas com deficiência têm o direito ao reconhecimento da sua personalidade jurídica e que têm capacidade legal para tomarem decisões sobre todos os aspectos da sua vida, incluindo os de foro legal. As pessoas com deficiência têm o direito de comprarem bens e de se tornarem proprietários, de controlar o seu próprio dinheiro ou de assumir responsabilidade acerca de outros assuntos financeiros (e.g. solicitar empréstimos bancários). Devem ser apoiadas sempre que necessário na sua tomada de decisões.

De acordo com o referenciado num estudo recente⁽¹⁰⁾, foram

⁽¹⁰⁾ Zero Project Report 2012
- International Study on the
Implementation of the UN
Convention on the Rights of
Persons with Disabilities

realizados na Eslováquia inúmeros seminários e mesas redondas, de âmbito regional e nacional, tendo como destinatários finais as próprias pessoas com deficiência, familiares, pessoas significativas, tutores, profissionais, diferentes agentes da comunidade e entidades governamentais. Para a realização destas actividades de sensibilização e informação foram estabelecidos momentos prévios de construção e concepção de conteúdos com peritos na área. Sensibilizaram-se perto de centena e meia de pessoas com deficiência para a promoção/defesa dos seus direitos e apelou-se ao uso dos mecanismos de protecção e garantias preconizados pela Convenção. Realizaram acções junto de familiares, tutores e peritos com o intuito de os sensibilizar para o respeito e apoio devido às tomadas de decisão realizadas pelas pessoas com deficiência. Como resultado destas acções, desenhou-se uma proposta de reformulação da legislação nacional sobre a interdição, inabilitação e tutela das pessoas com deficiência.

No contexto nacional, a Federação tem igualmente assumido um papel promotor e dinamizador de várias acções de esclarecimento junto das organizações da área da deficiência e reabilitação e de outras partes interessadas, sobre a capacidade jurídica das pessoas com deficiência, assim como a legislação nacional que enquadra as figuras da inabilitação e interdição, que urgentemente reclama reformulações profundas. De igual modo, e na área da formação, a FENACERCI dinamiza formação específica e direccionada a profissionais de intervenção directa onde se aborda o tema do sistema de apoio à tomada de decisão. Este sistema assenta numa mudança clara de paradigma de actuação, na medida em que por um lado reclama o direito pleno da escolha enfatizando o reforço dos direitos das pessoas com deficiência e por outro promove mecanismos de apoio para a afirmação individual. Sobre estas acções as organizações podem, sempre que o entenderem pertinente, solicitar junto da Federação informações de índole diversa (ver ponto 3.1.2.2 *Apoio técnico e logístico/recursos*).

As organizações da área da deficiência e reabilitação podem, individualmente ou em parceria com organizações congéneres e/ou entidades governamentais, promover acções de esclarecimento para o direito e, simultaneamente, o dever das pessoas com deficiência intelectual de participarem activamente na vida política por meio do voto. Existem exemplos de boas práticas realizadas no decorrer das recentes eleições nacionais e europeias, para as quais foram realizadas, em conjunto pelo INR, I.P., Comissão Nacional de Eleições (CNE), FENACERCI e Inclusion Europe, pequenas brochuras em leitura fácil sobre o objectivo e meios/condições de participação nas mesmas assim como integram pequenos glossários com explicação de palavras consideradas complexas.

No que se refere ao direito das pessoas com deficiência poderem controlar o seu próprio dinheiro e de poderem comprar bens e/ou adquirir serviços de livre vontade, a FENACERCI, em parceria com demais organizações da área da deficiência e reabilitação a nível europeu, con-

cebeu uma brochura em leitura fácil que pretende na sua essência alertar para a existência de situações de abuso financeiro, bem como ajudar as próprias pessoas com deficiência a controlarem os seus bens. Esta brochura dispõe de informações diversas sobre como controlar, poupar e aplicar o dinheiro, assim como exemplos de construção de orçamentos. É um documento que pode ser apropriado pelas organizações e que pode e deve ser objecto de trabalho junto dos profissionais de intervenção directa, grupos de auto representação, clientes de forma individual e suas famílias. Esta brochura encontra-se disponível em formato digital e pode ser requerida junto dos serviços da Federação por parte de todas as organizações interessadas no tema.

■ Protecção contra a exploração, violência e abuso (Artigo 16.º)

■ Protecção da integridade da pessoa (Artigo 17.º)

As pessoas com deficiência têm o mesmo direito à liberdade e segurança tal como as restantes pessoas. Devem ser promovidos espaços específicos de apoio para disponibilização de informação e acções de sensibilização/formação destinados tanto a profissionais como às pessoas com deficiência e suas famílias/pessoas significativas para que estejam alerta para eventuais situações de abuso e/ou exploração por parte de terceiros.

Em contexto nacional importa referenciar a título de exemplo, de uma boa prática a implementar, o preconizado nos documentos realizados por parte do Instituto da Segurança Social, I.P. ⁽¹¹⁾ relativos à gestão de qualidade das respostas sociais. Estes documentos chave que têm como principal objectivo garantir a qualidade dos serviços prestados e a satisfação de necessidades/expectativas por parte dos seus clientes directos e indirectos, visam concomitantemente, a par de outros temas de elevada importância para a vivência organizacional, criar mecanismos de garantia para a prevenção e controle de situações de negligência, abusos, maus-tratos e discriminação dos clientes, consubstanciados num programa organizacional específico. Neste contexto, e tendo como base as pistas de trabalho traçadas nestes documentos devem as organizações prestadoras de serviços destinados a pessoas com deficiência realizar um protocolo específico de prevenção e de actuação, o qual deve vir referenciado nos documentos base da organização como sejam o regulamento interno e/ou código de ética. Deve este protocolo ser de conhecimento geral, incluindo as próprias pessoas com deficiência e suas famílias/pessoas significativas bem como de todos os colaboradores, gestão de topo e quadros dirigentes. Os mesmos documentos disponibilizam igualmente uma proposta de grelha de indicadores de violência em respostas sociais.

⁽¹¹⁾ Consultar sitio da internet do Instituto da Segurança Social, I.P.
<http://195.245.197.196/left.asp?05.18.08.02>

As organizações da área da deficiência e reabilitação podem e devem realizar acções de sensibilização e/ou formação internas destinadas tanto aos seus colaboradores, gestão de topo, quadros dirigentes assim como para as pessoas com deficiência e suas famílias/pessoas significativas. Por outro lado, tendo a Federação assumido um papel interventivo nesta área de actuação realiza acções de divulgação/formação junto de organizações da área da deficiência e reabilitação e de outras partes interessadas, sobre situações de maus-tratos e violência a pessoas com deficiência e/ou multideficiência, com o principal objectivo de dar a conhecer a existência de factores de risco e protecção, bem como mecanismos e instrumentos de avaliação e prevenção. Sobre estas acções as organizações podem, sempre que o entenderem pertinente, solicitar junto da Federação informações de índole diversa (ver ponto 3.1.2.2 *Apoio técnico e logístico/recursos*).

Nesta linha, a Federação com o apoio do INR, I.P. produziu, em parceria com outras organizações da área, dois documentos sobre prevenção de maus-tratos a pessoas com deficiência e/ou multideficiência, sendo que um propõe linhas orientadoras para que cada organização determine um protocolo específico de prevenção e actuação em situações de maus-tratos (*Roteiro para a Prevenção e intervenção de maus-tratos a Pessoas com Deficiência Intelectual e/ou Multideficiência – Avaliação e Diagnóstico*) e o outro inclui novas dimensões de análise no processo de avaliação e diagnóstico que reportem às situações existentes em contexto institucional (*Roteiro para a Prevenção e intervenção em contexto institucional – Situações de maus-tratos a Pessoas com Deficiência Intelectual e/ou Multideficiência*). São documentos que podem ser apropriados pelas organizações e que devem ser objecto de trabalho junto dos profissionais de intervenção directa, grupos de auto representação, clientes de forma individual e suas famílias. Ambos os documentos, bem como as respectivas fichas de avaliação, diagnóstico e de ocorrências se encontram disponíveis para consulta e download no sítio da internet da *Fenacerci – Projectos*.

■ Respeito pelo domicílio e pela família (Artigo 23.º)

O referido artigo reforça o direito que as pessoas com deficiência têm no caso de desejarem casar e constituir família. Não lhes deve ser negado o papel de pais nem devem ser forçados a tomar medidas de prevenção sem o seu consentimento. Devem ter acesso a aconselhamento e planeamento familiar para apoio nas suas tomadas de decisão.

As questões da sexualidade devem ser encaradas por todos os envolvidos com naturalidade. Aos profissionais de intervenção directa exige-se, igualmente, uma abordagem baseada em critérios de equilíbrio e razoabilidade, em que a privacidade e intimidade de cada pessoa tem de ser algo visto como irrefutável. É essencial a realização contínua de acções de formação que possibilitem às organizações de terreno actuar de forma estruturada. Estas acções devem iniciar-se com momentos específicos de sensibilização seguidos de outros com um carácter

mais formativo junto dos profissionais de intervenção directa. Não se deve descurar de igual modo, a montante, a realização de acções/actividades que permitam a transmissão de conhecimentos e vivências aos próprios clientes assim como às suas famílias/pessoas significativas. A interacção permanente por parte da organização com o seio familiar permite uma maior cooperação entre ambos, de forma a se desconstruírem mitos, receios e preconceitos para que se criem em última análise a criação de oportunidades para o desenvolvimento e realização da sexualidade.

A título de exemplo, existem organizações nacionais da área da deficiência e reabilitação que criaram espaços exclusivos que facilitam a vivência da intimidade, assim como de Unidades Residenciais onde é permitido a existência de quartos de casal.

A Federação atenta a esta situação tem, igualmente, assumido um papel dinamizador de várias acções de formação, junto das organizações da área da deficiência e reabilitação e de outras partes interessadas, sobre a sexualidade das pessoas com deficiência. Sobre estas acções as organizações podem, sempre que o entenderem necessário, solicitar junto da Federação informações de índole diversa (ver ponto 3.1.2.2 *Apoio técnico e logístico/recursos*). ■

[4.]

Informações úteis

[Informações úteis]

No caso de pretender obter esclarecimentos, informações e sessões de sensibilização/formação adicionais no âmbito da Convenção das Nações Unidas, ou outros relacionados com a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, poderá contactar os seguintes organismos:

Nível Nacional

■ **Instituto Nacional para a Reabilitação I.P.**

Av. Conde de Valbom, 63 – 1069-178 Lisboa

Tel.: (+351) 21 792 95 00

Fax: (+351) 21 792 95 96

Linha directa cidadão/ deficiência: (+351) 21 795 95 45

E-mail: inr@inr.mtss.pt

Site: www.inr.pt

■ **FENACERCI**

Rua Augusto Macedo, nº2 A

1600-794 Lisboa

Tel.: (+351) 21 711 25 80

Fax.: (+351) 21 711 25 81

E-mail: fenacerci@fenacerci.pt

Site: www.fenacerci.pt

■ **Serviços de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade**

Serviços instalados nas autarquias que prestam informação sobre direitos, benefícios e recursos existentes na área da deficiência e reabilitação. Mais informações e contactos das Autarquias em www.inr.pt/content/1/18/simpd

■ **Comissão Nacional para os Direitos Humanos**

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Palácio das Necessidades

Largo do Relvas

1399-030 Lisboa

Tel.: (+351) 213946000

Site: www.mne.gov.pt/mne/pt/infopolitica/cndh/

■ **Linha do Cidadão Portador de Deficiência**

Tel.: 800 208 462

Funciona gratuitamente, em dias úteis das 09h30 às 17h30

Nível Internacional

■ Secretariado da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (DAES)

- Divisão de Política e Desenvolvimento Social

Two United Nations Plaza New York, NY 10017

Fax: +12129630111

Email: enable@un.org

■ Secretariado da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos das Nações Unidas (GACDH)

1211 Genebra 10

Suíça

Email: crpd@ohchr.org

[5.]

Bibliografia

[Bibliografia]

Fontes documentais

- Fembek, Michael; Thomas H Butchar.; Ingrid Heindorf and Caroline Wallner (2011), Zero Project Report 2012 - *International Study on the Implementation of the UN Convention on the Rights of Persosns with Disabilities*, Essl Foundation, Austria.
- United Nations, General Assembly (2011), *Status of the Convention on the Rights of Persons with disabilities and th Optional Protocol – Report of the Secretary-General*, Sixty-sixth session, Nva Iorque, Julho.
- Marques, Sandra e Spitalszky, Andrea (2010), *Fundamental Rights Agency (FRA) Project on the Rights of People with Intellectual Disabilities and People with Mental Health Problems – Desk Report*
- Marques, Sandra (2010), *Direitos em Acção – A Convenção das Nações Unidas e o seu impacto nas práticas diárias*, apresentação realizada no decorrer das diversas acções descentralizadas, no âmbito do desenvolvimento do Projecto co-financiado pelo INR, I.P. – Subprograma Incluir Mais 2010, denominado “Direitos em Acção – A Convenção das Nações Unidas e o seu impacto nas práticas diárias”, documento interno da FENACERCI
- Marques, Sandra (2010), *A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Monitorização O Papel das Organizações*, apresentação realizada no decorrer do Encontro Nacional de Dirigentes, no âmbito do desenvolvimento do Projecto co-financiado pelo INR, I.P. – Subprograma Incluir Mais 2010, denominado “Encontro Nacional de Dirigentes - Impactos da Convenção na missão e funcionamento das Organizações”, documento interno da FENACERCI
- United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner for Human Rights (2010), *Monitoring the Convention on the Rights of Persons with Disabilities - Guidance for Human Rights Monitors*, Professional training series No. 17, New York and Geneva
- Presidência do Conselho de Ministros (2010), Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/ 2010, Diário da República, 1.ª série, N.º 68, Abril
- European Fundation Center (2010), *Study on challenges and good practices in the implementation of the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities VC/2008/1214*, Bruxelas
- Instituto Nacional para a Reabilitação (2010), I.P., *Deficiências – Manual para Parlamentares*, INR, I.P., Lisboa, Abril

- Resolução do Conselho de Ministros nº97/2010, *Aprova ENDEF Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013*, Diário da República, 1.ª série, N.º 240, 14 de Dezembro de 2010
- Decreto do Presidente da República n.º 71/2009, *Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, Diário da República, 1.ª série — N.º 146 — 30 de Julho de 2009
- Decreto do Presidente da República n.º 72/2009, *Ratifica o Protocolo Opicional à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, Diário da República, 1.ª série — N.º 146 — 30 de Julho de 2009
- Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009, *Aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adoptada em Nova Iorque em 30 de Março de 2007*, Diário da República, 1.ª série — N.º 146 — 30 de Julho de 2009
- Resolução da Assembleia da República n.º 57/2009, *Aprova o Protocolo Opicional à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, adoptado em Nova Iorque em 30 de Março de 2007, Diário da República, 1.ª série — N.º 146 — 30 de Julho de 2009
- Making it Work International Co-ordination (2009), *Making it Work – From god practice to god policy A Guideline for developing Making it work Projects*, Março, USA
- United Nations, Committee on the Rights of Persosn with Disabilities (2009), *Guidelines on treaty-specific document to be submitted by state parties under article 35, paragraph 1, of the Convention on Rights of persons with disabilities*, Second-session, Geneva
- Equal, Gabinete de Gestão (2008), *Disseminar Produtos Referencial de Apoio*, Ministério do Trabalho e da Solidareidade Social, Dezembro, Lisboa
- Equal, Gabinete de Gestão (2008), *A validação de produtos inovadores*, Ministério do Trabalho e da Solidareidade Social, Lisboa.
- The European Association of Societies of Persons with Intellectual Disabilities (2007), *Recommendations For Speakers in Meetings and Conferen-ces*, GLADNET Collection. Paper 269.
- Wirtenberg, Jeana et al (2007), *The future of organizations development in the non-profit sector*, Organizational Development Journal, Vol. 25 (4), 179-195
- United Nations, Office of the High Commissioner for Human Rights, *Inter-Parliamentary Union (2007)*, From Exclusion to Equality - Realizing the rights of persons with disabilities, Handbook for Parliamentarians on the

Convention on the Rights of Persons with Disabilities and its Optional Protocol, Handbook for Parliamentarians, Nº 14, Geneva

■ Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2007, Aprova o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade, Diário da República, 1.ª série, N.º 12, 17 de Janeiro de 2007

■ ILIS - Independent Living in Scotland, *The ILIS Do-it-Yourself Guide to the United Nations Convention on the Rights of Disabled People (UNCRPD)*, Glasgow

Fontes digitais

■ Instituto Nacional de Estatística, 2011, www.ine.pt

■ Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, 2011, www.fenacerci.pt

■ Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2011, www.mtss.gov.pt/tpl_intro_destaque_iies.asp?822

■ Instituto Nacional para a Reabilitação – INR, I.P, 2011, www.inr.pt

■ United Nations Enable, Development and Human Rights for all, 2012, www.un.org/disabilities

■ Zero Project – Towards without barriers, 2011, www.zeroproject.org

■ Center for Disability Studies, 2011, <http://disabilitystudiesnalsar.org/report.php>

■ The Group Training Course on Intellectual Disabilities, 2011, www.gtid.net/AP_CBR/pdf/16.pdf

■ Independent Living in Scotland, 2011, www.ilis.co.uk/uploaded_files/ilis_guide_no.2.pdf

■ United Nations, Human Rights, Office of the High Commissioner for Human Rights, 2011, www.ohchr.org/Documents/Publications/Disabilities_training_17EN.pdf

■ Equality and Human Rights Commission, 2011, www.equalityhumanrights.com

■ Implementation Tool Kit, 2011, www.icrpd.net/implementation/en/toolkit/section1.htm

■ Centro de Reabilitação Profissional de Gaia – CRPG, 2011, www.crbg.pt/estudosProjectos/Paginas/colecao_estudos.aspx

[6.]

Anexos

[Anexos]

Convenção da Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Preâmbulo

Os Estados Partes na presente Convenção:

- a) Relembrando os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, que reconhecem a dignidade e o valor inerente a todos os membros da família humana e os seus direitos iguais e inalienáveis como base para a fundação da liberdade, justiça e paz no mundo;
- b) Reconhecendo que as Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nos Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos, proclamaram e acordaram que toda a pessoa tem direito a todos os direitos e liberdades neles consignados, sem distinção de qualquer natureza;
- c) Reafirmando a universalidade, indivisibilidade, interdependência e correlação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e a necessidade de garantir às pessoas com deficiências o seu pleno gozo sem serem alvo de discriminação;
- d) Relembrando o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres, a Convenção contra a Tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias;
- e) Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interacção entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efectiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas;
- f) Reconhecendo a importância dos princípios e das orientações políticas constantes do Programa Mundial de Acção relativo às Pessoas com Deficiência e das Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência na influência da promoção, formulação e avaliação das políticas, planos, programas e acções a nível nacional, regional e internacional para continuar a criar igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiências;
- g) Acentuando a importância da integração das questões de deficiência como parte integrante das estratégias relevantes do desenvolvimento sustentável;
- h) Reconhecendo também que a discriminação contra qualquer pessoa com base na deficiência é uma violação da dignidade e valor inerente à pessoa humana;
- i) Reconhecendo ainda a diversidade de pessoas com deficiência;
- j) Reconhecendo a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, incluindo aquelas que de-sejam um apoio mais intenso;
- k) Preocupados que, apesar destes vários instrumentos e esforços, as pessoas com deficiência continuam a deparar-se com barreiras na sua participação enquanto membros iguais da sociedade e violações dos seus direitos humanos em todas as partes do mundo;
- l) Reconhecendo a importância da cooperação internacional para melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência em cada país, em particular nos países em desenvolvimento;
- m) Reconhecendo as valiosas contribuições existentes e potenciais feitas pelas pessoas com deficiência para o bem-estar geral e diversidade das suas comunidades e que a promoção do pleno gozo pelas pessoas com deficiência dos seus direitos humanos e liberdades fundamentais e a plena participação por parte das pessoas com deficiência irão resultar num sentido de pertença reforçado e em vantagens significativas no desenvolvimento humano, so-

cial e económico da sociedade e na erradicação da pobreza;

n) Reconhecendo a importância para as pessoas com deficiência da sua autonomia e independência individual, incluindo a liberdade de fazerem as suas próprias escolhas;

o) Considerando que as pessoas com deficiência devem ter a oportunidade de estar activamente envolvidas nos processos de tomada de decisão sobre políticas e programas, incluindo aqueles que directamente lhes digam respeito;

p) Preocupados com as difíceis condições que as pessoas com deficiência se deparam, as quais estão sujeitas a múltiplas ou agravadas formas de discriminação com base na raça, cor, sexo, língua, religião, convicções políticas ou de outra natureza, origem nacional, étnica, indígena ou social, património, nascimento, idade ou outro estatuto;

q) Reconhecendo que as mulheres e raparigas com deficiência estão muitas vezes sujeitas a maior risco de violência, lesões ou abuso, negligência ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, tanto dentro como fora do lar;

r) Reconhecendo que as crianças com deficiência devem ter pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em condições de igualdade com as outras crianças e relembrando as obrigações para esse fim assumidas pelos Estados Partes na Convenção sobre os Direitos da Criança;

s) Salientando a necessidade de incorporar uma perspectiva de género em todos os esforços para promover o pleno gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência;

t) Realçando o facto de que a maioria das pessoas com deficiência vivem em condições de pobreza e, a este respeito, reconhecendo a necessidade crítica de abordar o impacto negativo da pobreza nas pessoas com deficiência;

u) Tendo em mente que as condições de paz e segurança baseadas no pleno respeito pelos objectivos e princípios constantes na Carta das Nações Unidas e a observância dos instrumentos de direitos humanos aplicáveis são indispensáveis para a total protecção das pessoas com deficiência, em particular durante conflitos armados e ocupação estrangeira;

v) Reconhecendo a importância da acessibilidade ao ambiente físico, social, económico e cultural, à saúde e educação e à informação e comunicação, ao permitir às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;

w) Compreendendo que o indivíduo, tendo deveres para com os outros indivíduos e para com a comunidade à qual ele ou ela pertence, tem a responsabilidade de se esforçar por promover e observar os direitos consignados na Carta Internacional dos Direitos Humanos;

x) Convictos que a família é a unidade de grupo natural e fundamental da sociedade e que tem direito à protecção pela sociedade e pelo Estado e que as pessoas com deficiência e os membros da sua família devem receber a protecção e assistência necessárias para permitir às famílias contribuírem para o pleno e igual gozo dos direitos das pessoas com deficiência;

y) Convictos que uma convenção internacional abrangente e integral para promover e proteger os direitos e dignidade das pessoas com deficiência irá dar um significativo contributo para voltar a abordar a profunda desvantagem social das pessoas com deficiências e promover a sua participação nas esferas civil, política, económica, social e cultural com oportunidades iguais, tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos; acordaram o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

O objecto da presente Convenção é promover, proteger e garantir o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

As pessoas com deficiência incluem aqueles que têm incapacidades duradouras físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, que em interacção com várias barreiras podem impedir a sua plena e efectiva participação na sociedade em condições de igualdade com os outros.

Artigo 2.º

Definições

Para os fins da presente Convenção:

a) «Comunicação» inclui linguagem, exibição

de texto, braille, comunicação tátil, caracteres grandes, meios multimédia acessíveis, assim como modos escrito, áudio, linguagem plena, leitor humano e modos aumentativo e alternativo, meios e formatos de comunicação, incluindo tecnologia de informação e comunicação acessível;

b) «Linguagem» inclui a linguagem falada e língua gestual e outras formas de comunicação não faladas;

c) «Discriminação com base na deficiência» designa qualquer distinção, exclusão ou restrição com base na deficiência que tenha como objectivo ou efeito impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade com os outros, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais no campo político, económico, social, cultural, civil ou de qualquer outra natureza. Inclui todas as formas de discriminação, incluindo a negação de adaptações razoáveis;

d) «Adaptação razoável» designa a modificação e ajustes necessários e apropriados que não imponham uma carga desproporcionada ou indevida, sempre que necessário num determinado caso, para garantir que as pessoas com incapacidades gozam ou exercem, em condições de igualdade com as demais, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;

e) «Desenho universal» designa o desenho dos produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, na sua máxima extensão, sem a necessidade de adaptação ou desenho especializado. «Desenho universal» não deverá excluir os dispositivos de assistência a grupos particulares de pessoas com deficiência sempre que seja necessário.

Artigo 3.º

Princípios gerais

Os princípios da presente Convenção são:

a) O respeito pela dignidade inerente, autonomia individual, incluindo a liberdade de fazerem as suas próprias escolhas, e independência das pessoas;

b) Não discriminação;

c) Participação e inclusão plena e efectiva na sociedade;

d) O respeito pela diferença e aceitação das

pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e humanidade;

e) Igualdade de oportunidade;

f) Acessibilidade;

g) Igualdade entre homens e mulheres;

h) Respeito pelas capacidades de desenvolvimento das crianças com deficiência e respeito pelo direito das crianças com deficiência a preservarem as suas identidades.

Artigo 4.º

Obrigações gerais

1. Os Estados Partes comprometem-se a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência sem qualquer discriminação com base na deficiência. Para este fim, os Estados Partes comprometem-se a:

a) Adoptar todas as medidas legislativas, administrativas e de outra natureza apropriadas com vista à implementação dos direitos reconhecidos na presente Convenção;

b) Tomar todas as medidas apropriadas, incluindo legislação, para modificar ou revogar as leis, normas, costumes e práticas existentes que constituam discriminação contra pessoas com deficiência;

c) Ter em consideração a protecção e a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência em todas as políticas e programas;

d) Abster-se de qualquer acto ou prática que seja incompatível com a presente Convenção e garantir que as autoridades e instituições públicas agem em conformidade com a presente Convenção;

e) Tomar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação com base na deficiência por qualquer pessoa, organização ou empresa privada;

f) Realizar ou promover a investigação e o desenvolvimento dos bens, serviços, equipamento e instalações desenhadas universalmente, conforme definido no artigo 2.º da presente Convenção o que deverá exigir a adaptação mínima possível e o menor custo para satisfazer as necessidades específicas de uma pessoa com deficiência, para promover a sua disponibilidade e uso e promover o desenho universal no desenvolvimento de normas e directrizes;

g) Realizar ou promover a investigação e o desenvolvimento e promover a disponibilização e uso das novas tecnologias, incluindo as tecnologias de informação e comunicação, meios auxiliares de mobilidade, dispositivos e tecnologias de apoio, adequados para pessoas com deficiência, dando prioridade às tecnologias de preço acessível;

h) Disponibilizar informação acessível às pessoas com deficiência sobre os meios auxiliares de mobilidade, dispositivos e tecnologias de apoio, incluindo as novas tecnologias assim como outras formas de assistência, serviços e instalações de apoio;

i) Promover a formação de profissionais e técnicos que trabalham com pessoas com deficiências nos direitos reconhecidos na presente Convenção para melhor prestar a assistência e serviços consagrados por esses direitos.

2. No que respeita aos direitos económicos, sociais e culturais, cada Estado Parte compromete-se em tomar medidas para maximizar os seus recursos disponíveis e sempre que necessário, dentro do quadro da cooperação internacional, com vista a alcançar progressivamente o pleno exercício desses direitos, sem prejuízo das obrigações previstas na presente Convenção que são imediatamente aplicáveis de acordo com o direito internacional.

3. No desenvolvimento e implementação da legislação e políticas para aplicar a presente Convenção e em outros processos de tomada de decisão no que respeita a questões relacionadas com pessoas com deficiência, os Estados Parte devem consultar-se estreitamente e envolver activamente as pessoas com deficiências, incluindo as crianças com deficiência, através das suas organizações representativas.

4. Nenhuma disposição da presente Convenção afecta quaisquer disposições que sejam mais favoráveis à realização dos direitos das pessoas com deficiência e que possam figurar na legislação de um Estado Parte ou direito internacional em vigor para esse Estado. Não existirá qualquer restrição ou derrogação de qualquer um dos direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos ou em vigor em qualquer Estado Parte na presente Convenção de acordo com a lei, convenções, regulamentos ou costumes com o

pretexto de que a presente Convenção não reconhece tais direitos ou liberdades ou que os reconhece em menor grau.

5. As disposições da presente Convenção aplicam-se a todas as partes dos Estados Federais sem quaisquer limitações ou excepções.

Artigo 5.º

Igualdade e não discriminação

1. Os Estados Partes reconhecem que todas as pessoas são iguais perante e nos termos da lei e que têm direito, sem qualquer discriminação, a igual protecção e benefício da lei.

2. Os Estados Partes proíbem toda a discriminação com base na deficiência e garantem às pessoas com deficiência protecção jurídica igual e efectiva contra a discriminação de qualquer natureza.

3. De modo a promover a igualdade e eliminar a discriminação, os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas para garantir a disponibilização de adaptações razoáveis.

4. As medidas específicas que são necessárias para acelerar ou alcançar a igualdade de facto das pessoas com deficiência não serão consideradas discriminação nos termos da presente Convenção.

Artigo 6.º

Mulheres com deficiência

1. Os Estados Partes reconhecem que as mulheres e raparigas com deficiência estão sujeitas a discriminações múltiplas e, a este respeito, devem tomar medidas para lhes assegurar o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

2. Os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, promoção e emancipação das mulheres com o objectivo de lhes garantir o exercício e gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados na presente Convenção.

Artigo 7.º

Crianças com deficiência

1. Os Estados Partes tomam todas as medidas necessárias para garantir às crianças com deficiências o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em condições de

igualdade com as outras crianças.

2. Em todas as acções relativas a crianças com deficiência, os superiores interesses da criança têm primazia.

3. Os Estados Partes asseguram às crianças com deficiência o direito de exprimirem os seus pontos de vista livremente sobre todas as questões que as afectem, sendo as suas opiniões devidamente consideradas de acordo com a sua idade e maturidade, em condições de igualdade com as outras crianças e a receberem assistência apropriada à deficiência e à idade para o exercício deste direito.

Artigo 8.º

Sensibilização

1. Os Estados Partes comprometem-se a adoptar medidas imediatas, efectivas e apropriadas para:

- a.** Sensibilizar a sociedade, incluindo a nível familiar, relativamente às pessoas com deficiência e a fomentar o respeito pelos seus direitos e dignidade;
- b.** Combater estereótipos, preconceitos e práticas prejudiciais em relação às pessoas com deficiência, incluindo as que se baseiam no sexo e na idade, em todas as áreas da vida;
- c.** Promover a sensibilização para com as capacidades e contribuições das pessoas com deficiência.

2. As medidas para este fim incluem:

a. O início e a prossecução efectiva de campanhas de sensibilização pública eficazes concebidas para:

- a.** Estimular a receptividade em relação aos direitos das pessoas com deficiência;
- b.** Promover percepções positivas e maior consciencialização social para com as pessoas com deficiência;
- c.** Promover o reconhecimento das aptidões, méritos e competências das pessoas com deficiência e dos seus contributos para o local e mercado de trabalho;

3. Promover, a todos os níveis do sistema educativo, incluindo em todas as crianças desde tenra idade, uma atitude de respeito pelos direitos das pessoas com deficiência;

4. Encorajar todos os órgãos de comunicação social a descreverem as pessoas com deficiência de forma consistente com o objectivo da presente

Convenção;

5. Promover programas de formação em matéria de sensibilização relativamente às pessoas com deficiência e os seus direitos.

Artigo 9.º

Acessibilidade

1. Para permitir às pessoas com deficiência viverem de modo independente e participarem plenamente em todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomam as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em condições de igualdade com os demais, ao ambiente físico, ao transporte, à informação e comunicações, incluindo as tecnologias e sistemas de informação e comunicação e a outras instalações e serviços abertos ou prestados ao público, tanto nas áreas urbanas como rurais. Estas medidas, que incluem a identificação e eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, aplicam-se, inter alia, a:

- a.** Edifícios, estradas, transportes e outras instalações interiores e exteriores, incluindo escolas, habitações, instalações médicas e locais de trabalho;
- b.** Informação, comunicações e outros serviços, incluindo serviços electrónicos e serviços de emergência.

2. Os Estados Partes tomam, igualmente, as medidas apropriadas para:

- a.** Desenvolver, promulgar e fiscalizar a implementação das normas e directrizes mínimas para a acessibilidade das instalações e serviços abertos ou prestados ao público;
- b.** Assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços que estão abertos ou que são prestados ao público têm em conta todos os aspectos de acessibilidade para pessoas com deficiência;
- c.** Providenciar formação aos intervenientes nas questões de acessibilidade com que as pessoas com deficiência se deparam;
- d.** Providenciar, em edifícios e outras instalações abertas ao público, sinalética em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão;
- e.** Providenciar formas de assistência humana e ou animal à vida e intermediários, incluindo guias, leitores ou intérpretes profissionais de língua gestual, para facilitar a acessibilidade

aos edifícios e outras instalações abertas ao público;

f. Promover outras formas apropriadas de assistência e apoio a pessoas com deficiências para garantir o seu acesso à informação;

g. Promover o acesso às pessoas com deficiência a novas tecnologias e sistemas de informação e comunicação, incluindo a Internet;

h. Promover o desenho, desenvolvimento, produção e distribuição de tecnologias e sistemas de informação e comunicação acessíveis numa fase inicial, para que estas tecnologias e sistemas se tornem acessíveis a um custo mínimo.

Artigo 10.º

Direito à vida

Os Estados Partes reafirmam que todo o ser humano tem o direito inerente à vida e tomam todas as medidas necessárias para assegurar o seu gozo efectivo pelas pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais.

Artigo 11.º

Situações de risco e emergências humanitárias

Os Estados Partes tomam, em conformidade com as suas obrigações nos termos do direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos, todas as medidas necessárias para assegurar a protecção e segurança das pessoas com deficiências em situações de risco, incluindo as de conflito armado, emergências humanitárias e a ocorrência de desastres naturais.

Artigo 12.º

Reconhecimento igual perante a lei

1. Os Estados Partes reafirmam que as pessoas com deficiência têm o direito ao reconhecimento perante a lei da sua personalidade jurídica em qualquer lugar.

2. Os Estados Partes reconhecem que as pessoas com deficiências têm capacidade jurídica, em condições de igualdade com as outras, em todos os aspectos da vida.

3. Os Estados Partes tomam medidas apropriadas para providenciar acesso às pessoas com deficiência ao apoio que possam necessitar no exercício da sua capacidade jurídica.

4. Os Estados Partes asseguram que todas as

medidas que se relacionem com o exercício da capacidade jurídica fornecem as garantias apropriadas e efectivas para prevenir o abuso de acordo com o direito internacional dos direitos humanos. Tais garantias asseguram que as medidas relacionadas com o exercício da capacidade jurídica em relação aos direitos, vontade e preferências da pessoa estão isentas de conflitos de interesse e influências indevidas, são proporcionais e adaptadas às circunstâncias da pessoa, aplicam-se no período de tempo mais curto possível e estão sujeitas a um controlo periódico por uma autoridade ou órgão judicial competente, independente e imparcial. As garantias são proporcionais ao grau em que tais medidas afectam os direitos e interesses da pessoa.

5. Sem prejuízo das disposições do presente artigo, os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas e efectivas para assegurar a igualdade de direitos das pessoas com deficiência em serem proprietárias e herdarem património, a controlarem os seus próprios assuntos financeiros e a terem igual acesso a empréstimos bancários, hipotecas e outras formas de crédito financeiro, e asseguram que as pessoas com deficiência não são, arbitrariamente, privadas do seu património.

Artigo 13.º

Acesso à justiça

1. Os Estados Partes asseguram o acesso efectivo à justiça para pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais, incluindo através do fornecimento de adaptações processuais e adequadas à idade, de modo a facilitar o seu papel efectivo enquanto participantes directos e indirectos, incluindo na qualidade de testemunhas, em todos os processos judiciais, incluindo as fases de investigação e outras fases preliminares.

2. De modo a ajudar a garantir o acesso efectivo à justiça para as pessoas com deficiência, os Estados Partes promovem a formação apropriada para aqueles que trabalhem no campo da administração da justiça, incluindo a polícia e o pessoal dos estabelecimentos prisionais.

Artigo 14.º

Liberdade e segurança da pessoa

1. Os Estados Partes asseguram que as pessoas

com deficiência, em condições de igualdade com as demais:

- a) Gozam do direito à liberdade e segurança individual;
 - b) Não são privadas da sua liberdade de forma ilegal ou arbitrária e que qualquer privação da liberdade é em conformidade com a lei e que a existência de uma deficiência não deverá, em caso algum, justificar a privação da liberdade.
2. Os Estados Partes asseguram que, se as pessoas com deficiência são privadas da sua liberdade através de qualquer processo, elas têm, em condições de igualdade com as demais, direito às garantias de acordo com o direito internacional de direitos humanos e são tratadas em conformidade com os objectivos e princípios da presente Convenção, incluindo o fornecimento de adaptações razoáveis.

Artigo 15.º

Liberdade contra a tortura, tratamento ou penas cruéis, desumanas ou degradantes

1. Ninguém será submetido a tortura ou tratamento ou pena cruel, desumana ou degradante. Em particular, ninguém será sujeito, sem o seu livre consentimento, a experiências médicas ou científicas.
2. Os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, judiciais ou outras medidas efectivas para prevenir que as pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais, sejam submetidas a tortura, tratamento ou penas cruéis, desumanas ou degradantes.

Artigo 16.º

Protecção contra a exploração, violência e abuso

1. Os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais, educativas e outras medidas apropriadas para proteger as pessoas com deficiência, tanto dentro como fora do lar, contra todas as formas de exploração, violência e abuso, incluindo os aspectos baseados no género.
2. Os Estados Partes tomam também todas as medidas apropriadas para prevenir todas as formas de exploração, violência e abuso, assegurando, inter alia, as formas apropriadas de assistência sensível ao género e à idade e o apoio às pesso-

as com deficiência e suas famílias e prestadores de cuidados, incluindo através da disponibilização de informação e educação sobre como evitar, reconhecer e comunicar situações de exploração, violência e abuso. Os Estados Partes asseguram que os serviços de protecção têm em conta a idade, género e deficiência.

3. De modo a prevenir a ocorrência de todas as formas de exploração, violência e abuso, os Estados Partes asseguram que todas as instalações e programas concebidos para servir as pessoas com deficiências são efectivamente vigiados por autoridades independentes.

4. Os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas para promover a recuperação e reabilitação física, cognitiva e psicológica, assim como a reintegração social das pessoas com deficiência que se tornem vítimas de qualquer forma de exploração, violência ou abuso, incluindo da disponibilização de serviços de protecção. Tal recuperação e reintegração devem ter lugar num ambiente que favoreça a saúde, bem-estar, auto-estima, dignidade e autonomia da pessoa e ter em conta as necessidades específicas inerentes ao género e idade.

5. Os Estados Partes adoptam legislação e políticas efectivas, incluindo legislação e políticas centradas nas mulheres e crianças, para garantir que as situações de exploração, violência e abuso contra pessoas com deficiência são identificadas, investigadas e, sempre que apropriado, julgadas.

Artigo 17.º

Protecção da integridade da pessoa

Toda a pessoa com deficiência tem o direito ao respeito pela sua integridade física e mental em condições de igualdade com as demais.

Artigo 18.º

Liberdade de circulação e nacionalidade

1. Os Estados Partes reconhecem os direitos das pessoas com deficiência à liberdade de circulação, à liberdade de escolha da sua residência e à nacionalidade, em condições de igualdade com as demais, assegurando às pessoas com deficiência:

- a) O direito a adquirir e mudar de nacionalidade e de não serem privadas da sua nacionalidade de forma arbitrária ou com base na sua deficiência;

b) Que não são privadas, com base na deficiência, da sua capacidade de obter, possuir e utilizar documentação da sua nacionalidade e outra documentação de identificação, ou de utilizar processos relevantes tais como procedimentos de emigração, que possam ser necessários para facilitar o exercício do direito à liberdade de circulação;

c) São livres de abandonar qualquer país, incluindo o seu;

d) Não são privadas, arbitrariamente ou com base na sua deficiência, do direito de entrar no seu próprio país.

2. As crianças com deficiência são registadas imediatamente após o nascimento e têm direito desde o nascimento a nome, a aquisição de nacionalidade e, tanto quanto possível, o direito de conhecer e serem tratadas pelos seus progenitores.

Artigo 19.º

Direito a viver de forma independente e a ser incluído na comunidade

Os Estados Partes na presente Convenção reconhecem o igual direito de direitos de todas as pessoas com deficiência a viverem na comunidade, com escolhas iguais às demais e tomam medidas eficazes e apropriadas para facilitar o pleno gozo, por parte das pessoas com deficiência, do seu direito e a sua total inclusão e participação na comunidade, assegurando nomeadamente que:

a) As pessoas com deficiência têm a oportunidade de escolher o seu local de residência e onde e com quem vivem em condições de igualdade com as demais e não são obrigadas a viver num determinado ambiente de vida;

b) As pessoas com deficiência têm acesso a uma variedade de serviços domiciliários, residenciais e outros serviços de apoio da comunidade, incluindo a assistência pessoal necessária para apoiar a vida e inclusão na comunidade a prevenir o isolamento ou segregação da comunidade;

c) Os serviços e instalações da comunidade para a população em geral são disponibilizados, em condições de igualdade, às pessoas com deficiência e que estejam adaptados às suas necessidades.

Artigo 20.º

Mobilidade pessoal

Os Estados Partes tomam medidas eficazes para garantir a mobilidade pessoal das pessoas com deficiência, com a maior independência possível:

a) Facilitando a mobilidade pessoal das pessoas com deficiência na forma e no momento por elas escolhido e a um preço acessível;

b) Facilitando o acesso das pessoas com deficiência a ajudas à mobilidade, dispositivos, tecnologias de apoio e formas de assistência humana e/ou animal à vida e intermediários de qualidade, incluindo a sua disponibilização a um preço acessível;

c) Providenciando às pessoas com deficiência e ao pessoal especializado formação em técnicas de mobilidade;

d) Encorajando as entidades que produzem ajudas à mobilidade, dispositivos e tecnologias de apoio a terem em conta todos os aspectos relativos à mobilidade das pessoas com deficiência.

Artigo 21.º

Liberdade de expressão e opinião e acesso à informação

Os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas para garantir que as pessoas com deficiências podem exercer o seu direito de liberdade de expressão e de opinião, incluindo a liberdade de procurar, receber e difundir informação e ideias em condições de igualdade com as demais e através de todas as formas de comunicação da sua escolha, conforme definido no artigo 2.º da presente Convenção, incluindo:

a) Fornecendo informação destinada ao público em geral, às pessoas com deficiência, em formatos e tecnologias acessíveis apropriados aos diferentes tipos de deficiência, de forma atempada e sem qualquer custo adicional;

b) Aceitando e facilitando o uso de língua gestual, braille, comunicação aumentativa e alternativa e todos os outros meios, modos e formatos de comunicação acessíveis e da escolha das pessoas com deficiência nas suas relações oficiais;

c) Instando as entidades privadas que prestam serviços ao público em geral, inclusivamente através da Internet, a prestarem informação

e serviços em formatos acessíveis e utilizáveis pelas pessoas com deficiência;

d) Encorajando os meios de comunicação social, incluindo os fornecedores de informação através da Internet, a tornarem os seus serviços acessíveis às pessoas com deficiência;

e) Reconhecendo e promovendo o uso da língua gestual.

Artigo 22.º

Respeito pela privacidade

1. Nenhuma pessoa com deficiência, independentemente do local de residência ou modo de vida estará sujeita à interferência arbitrária ou ilegal na sua privacidade, família, domicílio ou na sua correspondência ou outras formas de comunicação ou a ataques ilícitos à sua honra e reputação.

2. As pessoas com deficiência têm direito à protecção da lei contra qualquer dessas interferências ou ataques.

3. Os Estados Partes protegem a confidencialidade da informação pessoal, de saúde e reabilitação das pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais.

Artigo 23.º

Respeito pelo domicílio e pela família

1. Os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas e efectivas para eliminar a discriminação contra pessoas com deficiência em todas as questões relacionadas com o casamento, família, paternidade e relações pessoais, em condições de igualdade com as demais, de modo a assegurar:

a) O reconhecimento do direito de todas as pessoas com deficiência, que estão em idade núbil, em contraírem matrimónio e a constituírem família com base no livre e total consentimento dos futuros cônjuges;

b) O reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência a decidirem livre e responsavelmente sobre o número de filhos e o espaçamento dos seus nascimentos, bem como o acesso a informação apropriada à idade, educação em matéria de procriação e planeamento familiar e a disponibilização dos meios necessários para lhes permitirem exercer estes direitos;

c) As pessoas com deficiência, incluindo crianças, mantêm a sua fertilidade em condições de igualdade com os outros.

2. Os Estados Partes asseguram os direitos e responsabilidade das pessoas com deficiência, no que respeita à tutela, curatela, guarda, adopção de crianças ou institutos similares, sempre que estes conceitos estejam consignados no direito interno; em todos os casos, o superior interesse da criança será primordial. Os Estados Partes prestam a assistência apropriada às pessoas com deficiência no exercício das suas responsabilidades parentais.

3. Os Estados Partes asseguram que as crianças com deficiência têm direitos iguais no que respeita à vida familiar. Com vista ao exercício desses direitos e de modo a prevenir o isolamento, abandono, negligência e segregação das crianças com deficiência, os Estados Partes comprometem-se em fornecer às crianças com deficiência e às suas famílias, um vasto leque de informação, serviços e apoios de forma atempada.

4. Os Estados Partes asseguram que a criança não é separada dos seus pais contra a vontade destes, excepto quando as autoridades competentes determinarem que tal separação é necessária para o superior interesse da criança, decisão esta sujeita a recurso contencioso, em conformidade com a lei e procedimentos aplicáveis. Em caso algum deve uma criança ser separada dos pais com base numa deficiência quer da criança quer de um ou de ambos os seus pais.

5. Os Estados Partes, sempre que a família directa seja incapaz de cuidar da criança com deficiência, envidam todos os esforços para prestar cuidados alternativos dentro da família mais alargada e, quando tal não for possível, num contexto familiar no seio da comunidade.

Artigo 24.º

Educação

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Com vista ao exercício deste direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes asseguram um sistema de educação inclusiva a todos os níveis e uma aprendizagem ao longo da vida, direccionados para:

a) O pleno desenvolvimento do potencial hu-

mano e sentido de dignidade e auto-estima e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, liberdades fundamentais e diversidade humana;

- b) O desenvolvimento pelas pessoas com deficiência da sua personalidade, talentos e criatividade, assim como das suas aptidões mentais e físicas, até ao seu potencial máximo;
- c) Permitir às pessoas com deficiência participarem efectivamente numa sociedade livre.

2. Para efeitos do exercício deste direito, os Estados Partes asseguram que:

- a) As pessoas com deficiência não são excluídas do sistema geral de ensino com base na deficiência e que as crianças com deficiência não são excluídas do ensino primário gratuito e obrigatório ou do ensino secundário, com base na deficiência;
- b) As pessoas com deficiência podem aceder a um ensino primário e secundário inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade com as demais pessoas nas comunidades em que vivem;
- c) São providenciadas adaptações razoáveis em função das necessidades individuais;
- d) As pessoas com deficiência recebem o apoio necessário, dentro do sistema geral de ensino, para facilitar a sua educação efectiva;
- e) São fornecidas medidas de apoio individualizadas eficazes em ambientes que maximizam o desenvolvimento académico e social, consistentes com o objectivo de plena inclusão.

3. Os Estados Partes permitem às pessoas com deficiência a possibilidade de aprenderem competências de desenvolvimento prático e social de modo a facilitar a sua plena e igual participação na educação e enquanto membros da comunidade. Para este fim, os Estados Partes adoptam as medidas apropriadas, incluindo:

- a) A facilitação da aprendizagem de braille, escrita alternativa, modos aumentativos e alternativos, meios e formatos de comunicação e orientação e aptidões de mobilidade, assim como o apoio e orientação dos seus pares;
- b) A facilitação da aprendizagem de língua gestual e a promoção da identidade linguística da comunidade surda;
- c) A garantia de que a educação das pessoas, e em particular das crianças, que são cegas, surdas ou surdas-cegas, é ministrada nas línguas,

modo e meios de comunicação mais apropriados para o indivíduo e em ambientes que favoreçam o desenvolvimento académico e social.

4. De modo a ajudar a garantir o exercício deste direito, os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas para empregar professores, incluindo professores com deficiência, com qualificações em língua gestual e/ou braille e a formar profissionais e pessoal técnico que trabalhem a todos os níveis de educação. Tal formação compreende a sensibilização para com a deficiência e a utilização de modos aumentativos e alternativos, meios e formatos de comunicação, técnicas educativas e materiais apropriados para apoiar as pessoas com deficiência.

5. Os Estados Partes asseguram que as pessoas com deficiência podem aceder ao ensino superior geral, à formação vocacional, à educação de adultos e à aprendizagem ao longo da vida sem discriminação e em condições de igualdade com as demais. Para este efeito, os Estados Partes asseguram as adaptações razoáveis para as pessoas com deficiência.

Artigo 25.º Saúde

Os Estados Partes reconhecem que as pessoas com deficiência têm direito ao gozo do melhor estado de saúde possível sem discriminação com base na deficiência. Os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas para garantir o acesso às pessoas com deficiência aos serviços de saúde que tenham em conta as especificidades do género, incluindo a reabilitação relacionada com a saúde. Os Estados Partes devem, nomeadamente:

- a) Providenciar às pessoas com deficiência a mesma gama, qualidade e padrão de serviços e programas de saúde gratuitos ou a preços acessíveis iguais aos prestados às demais, incluindo na área da saúde sexual e reprodutiva e programas de saúde pública dirigidos à população em geral;
- b) Providenciar os serviços de saúde necessários às pessoas com deficiência, especialmente devido à sua deficiência, incluindo a detecção e intervenção atempada, sempre que apropriado, e os serviços destinados a minimizar e prevenir outras deficiências, in-

cluindo entre crianças e idosos;

c) Providenciar os referidos cuidados de saúde tão próximo quanto possível das suas comunidades, incluindo nas áreas rurais;

d) Exigir aos profissionais de saúde a prestação de cuidados às pessoas com deficiência com a mesma qualidade dos dispensados às demais, com base no consentimento livre e informado, inter alia, da sensibilização para os direitos humanos, dignidade, autonomia e necessidades das pessoas com deficiência através da formação e promulgação de normas deontológicas para o sector público e privado da saúde;

e) Proibir a discriminação contra pessoas com deficiência na obtenção de seguros de saúde e seguros de vida, sempre que esses seguros sejam permitidos pelo Direito interno, os quais devem ser disponibilizados de forma justa e razoável;

f) Prevenir a recusa discriminatória de cuidados ou serviços de saúde ou alimentação e líquidos, com base na deficiência.

Artigo 26.º

Habilitação e reabilitação

1. Os Estados Partes tomam as medidas efectivas e apropriadas, incluindo através do apoio entre pares, para permitir às pessoas com deficiência atingirem e manterem um grau de independência máximo, plena aptidão física, mental, social e vocacional e plena inclusão e participação em todos os aspectos da vida. Para esse efeito, os Estados Partes organizam, reforçam e desenvolvem serviços e programas de habilitação e reabilitação diversificados, nomeadamente nas áreas da saúde, emprego, educação e serviços sociais, de forma que estes serviços e programas:

a. Tenham início o mais cedo possível e se baseiem numa avaliação multidisciplinar das necessidades e potencialidades de cada indivíduo;

b. Apoiem a participação e inclusão na comunidade e em todos os aspectos da sociedade, sejam voluntários e sejam disponibilizados às pessoas com deficiência tão próximo quanto possível das suas comunidades, incluindo em áreas rurais.

2. Os Estados Partes promovem o desenvolvimento da formação inicial e contínua para os profissionais e pessoal técnico a trabalhar nos

serviços de habilitação e reabilitação.

3. Os Estados Partes promovem a disponibilidade, conhecimento e uso de dispositivos e tecnologias de apoio concebidas para pessoas com deficiência que estejam relacionados com a habilitação e reabilitação.

Artigo 27.º

Trabalho e emprego

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência a trabalhar, em condições de igualdade com as demais; isto inclui o direito à oportunidade de ganhar a vida através de um trabalho livremente escolhido ou aceite num mercado e ambiente de trabalho aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados Partes salvaguardam e promovem o exercício do direito ao trabalho, incluindo para aqueles que adquirem uma deficiência durante o curso do emprego, adoptando medidas apropriadas, incluindo através da legislação, para, inter alia:

a) Proibir a discriminação com base na deficiência no que respeita a todas as matérias relativas a todas as formas de emprego, incluindo condições de recrutamento, contratação e emprego, continuidade do emprego, progressão na carreira e condições de segurança e saúde no trabalho;

b) Proteger os direitos das pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais, a condições de trabalho justas e favoráveis, incluindo igualdade de oportunidades e igualdade de remuneração pelo trabalho de igual valor, condições de trabalho seguras e saudáveis, incluindo a protecção contra o assédio e a reparação de injustiças;

c) Assegurar que as pessoas com deficiência são capazes de exercer os seus direitos laborais e sindicais, em condições de igualdade com as demais;

d) Permitir o acesso efectivo das pessoas com deficiência aos programas gerais de orientação técnica e vocacional, serviços de colocação e formação contínua;

e) Promover as oportunidades de emprego e progressão na carreira para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, assim como auxiliar na procura, obtenção, manutenção e

regresso ao emprego;

f) Promover oportunidades de emprego por conta própria, empreendedorismo, o desenvolvimento de cooperativas e a criação de empresas próprias;

g) Empregar pessoas com deficiência no sector público;

h) Promover o emprego de pessoas com deficiência no sector privado através de políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de acção positiva, incentivos e outras medidas;

i) Assegurar que são realizadas as adaptações razoáveis para as pessoas com deficiência no local de trabalho;

j) Promover a aquisição por parte das pessoas com deficiência de experiência laboral no mercado de trabalho aberto;

k) Promover a reabilitação vocacional e profissional, manutenção do posto de trabalho e os programas de regresso ao trabalho das pessoas com deficiência.

2. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência não são mantidas em regime de escravatura ou servidão e que são protegidas, em condições de igualdade com as demais, do trabalho forçado ou obrigatório.

Artigo 28.º

Nível de vida e protecção social adequados

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência a um nível de vida adequado para si próprias e para as suas famílias, incluindo alimentação, vestuário e habitação adequados e a uma melhoria contínua das condições de vida e tomam as medidas apropriadas para salvaguardar e promover o exercício deste direito sem discriminação com base na deficiência.

2. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à protecção social e ao gozo desse direito sem discriminação com base na deficiência e tomarão as medidas apropriadas para salvaguardar e promover o exercício deste direito, incluindo através de medidas destinadas a:

a. Assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em condições de igualdade, aos serviços de água potável e a assegurar o acesso aos serviços, dispositivos e outra assistência adequados e a preços acessíveis para atender às necessi-

dades relacionadas com a deficiência;

b. Assegurar às pessoas com deficiência, em particular às mulheres e raparigas com deficiência e pessoas idosas com deficiência, o acesso aos programas de protecção social e aos programas de redução da pobreza;

c. Assegurar às pessoas com deficiência e às suas famílias que vivam em condições de pobreza, o acesso ao apoio por parte do Estado para suportar as despesas relacionadas com a sua deficiência, incluindo a formação, aconselhamento, assistência financeira e cuidados adequados;

d. Assegurar o acesso das pessoas com deficiência aos programas públicos de habitação;

e. Assegurar o acesso igual das pessoas com deficiência a benefícios e programas de aposentação;

Artigo 29.º

Participação na vida política e pública

Os Estados partes garantem às pessoas com deficiência os direitos políticos e a oportunidade de os gozarem, em condições de igualdade com as demais pessoas, e comprometem-se a:

a) Assegurar que as pessoas com deficiências podem efectiva e plenamente participar na vida política e pública, em condições de igualdade com os demais, de forma directa ou através de representantes livremente escolhidos, incluindo o direito e oportunidade para as pessoas com deficiência votarem e serem eleitas, inter alia:

i) Garantindo que os procedimentos de eleição, instalações e materiais são apropriados, acessíveis e fáceis de compreender e utilizar;

ii) Protegendo o direito das pessoas com deficiências a votar, por voto secreto em eleições e referendos públicos sem intimidação e a concorrerem a eleições para exercerem efectivamente um mandato e desempenharem todas as funções públicas a todos os níveis do governo, facilitando o recurso a tecnologias de apoio e às novas tecnologias sempre que se justificar;

iii) Garantindo a livre expressão da vontade das pessoas com deficiência enquanto eleitores e para este fim, sempre que necessário, a seu pedido, permitir que uma pessoa da sua escolha lhes preste assistência para votar;

b) Promovendo activamente um ambiente em que as pessoas com deficiência possam participar efectiva e plenamente na condução dos assuntos públicos, sem discriminação e em condições de igualdade com os demais e encorajar a sua participação nos assuntos públicos, incluindo:

- i) A participação em organizações e associações não governamentais ligadas à vida pública e política do país e nas actividades e administração dos partidos políticos;
- ii) A constituição e adesão a organizações de pessoas com deficiência para representarem as pessoas com deficiência a nível internacional, nacional, regional e local.

Artigo 30.º

Participação na vida cultural, recreação, lazer e desporto

1. Os Estados Partes reconhecem o direito de todas as pessoas com deficiência a participar, em condições de igualdade com as demais, na vida cultural e adoptam todas as medidas apropriadas para garantir que as pessoas com deficiência:

- a. Têm acesso a material cultural em formatos acessíveis;
 - b. Têm acesso a programas de televisão, filmes, teatro e outras actividades culturais, em formatos acessíveis;
 - c. Têm acesso a locais destinados a actividades ou serviços culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços de turismo e, tanto quanto possível, a monumentos e locais de importância cultural nacional.
2. Os Estados Partes adoptam as medidas apropriadas para permitir às pessoas com deficiência terem a oportunidade de desenvolver e utilizar o seu potencial criativo, artístico e intelectual, não só para benefício próprio, como também para o enriquecimento da sociedade.
3. Os Estados Partes adoptam todas as medidas apropriadas, em conformidade com o direito internacional, para garantir que as leis que protegem os direitos de propriedade intelectual não constituem uma barreira irracional ou discriminatória ao acesso por parte das pessoas com deficiência a materiais culturais.
4. As pessoas com deficiência têm direito, em condições de igualdade com os demais, ao reco-

nhecimento e apoio da sua identidade cultural e linguística específica, incluindo a língua gestual e cultura dos surdos.

5. De modo a permitir às pessoas com deficiência participar, em condições de igualdade com as demais, em actividades recreativas, desportivas e de lazer, os Estados Partes adoptam as medidas apropriadas para:

- a. Incentivar e promover a participação, na máxima medida possível, das pessoas com deficiência nas actividades desportivas comuns a todos os níveis;
- b. Assegurar que as pessoas com deficiência têm a oportunidade de organizar, desenvolver e participar em actividades desportivas e recreativas específicas para a deficiência e, para esse fim, incentivar a prestação, em condições de igualdade com as demais, de instrução, formação e recursos apropriados;
- c. Assegurar o acesso das pessoas com deficiência aos recintos desportivos, recreativos e turísticos;
- d. Assegurar que as crianças com deficiência têm, em condições de igualdade com as outras crianças, a participar em actividades lúdicas, recreativas, desportivas e de lazer, incluindo as actividades inseridas no sistema escolar;
- e. Assegurar o acesso das pessoas com deficiência aos serviços de pessoas envolvidas na organização de actividades recreativas, turísticas, desportivas e de lazer.

Artigo 31.º

Estatísticas e recolha de dados

1. Os Estados Partes comprometem-se a recolher informação apropriada, incluindo dados estatísticos e de investigação, que lhes permitam formular e implementar políticas que visem dar efeito à presente Convenção. O processo de recolha e manutenção desta informação deve:

- a) Respeitar as garantias legalmente estabelecidas, incluindo a legislação sobre protecção de dados, para garantir a confidencialidade e respeito pela privacidade das pessoas com deficiência;
- b) Respeitar as normas internacionalmente aceites para proteger os direitos humanos e liberdades fundamentais e princípios éticos na recolha e uso de estatísticas.

2. A informação recolhida em conformidade com o presente artigo deve ser desagregada, conforme apropriado, e usada para ajudar a avaliar a implementação das obrigações dos Estados Partes nos termos da presente Convenção e para identificar e abordar as barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência no exercício dos seus direitos.

3. Os Estados Partes assumem a responsabilidade pela divulgação destas estatísticas e asseguram a sua acessibilidade às pessoas com deficiência e às demais.

Artigo 32.º

Cooperação internacional

1. Os Estados Partes reconhecem a importância da cooperação internacional e a sua promoção, em apoio dos esforços nacionais para a realização do objecto e fim da presente Convenção e adoptam as medidas apropriadas e efectivas a este respeito entre os Estados e, conforme apropriado, em parceria com organizações internacionais e regionais relevantes e a sociedade civil, nomeadamente as organizações de pessoas com deficiência. Tais medidas podem incluir, inter alia:

- a. A garantia de que a cooperação internacional, incluindo os programas de desenvolvimento internacional, é inclusiva e acessível às pessoas com deficiência;
- b. Facilitar e apoiar a criação de competências, através da troca e partilha de informação, experiências, programas de formação e melhores práticas;
- c. Facilitar a cooperação na investigação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico;
- d. Prestar, conforme apropriado, assistência técnica e económica, incluindo através da facilitação do acesso e partilha de tecnologias de acesso e de apoio e através da transferência de tecnologias.

2. As disposições do presente artigo não afectam as obrigações de cada Estado Parte no que respeita ao cumprimento das suas obrigações nos termos da presente Convenção.

Artigo 33.º

Aplicação e monitorização nacional

1. Os Estados Partes, em conformidade com o seu sistema de organização, nomeiam um ou

mais pontos de contacto dentro do governo para questões relacionadas com a implementação da presente Convenção e terão em devida conta a criação ou nomeação de um mecanismo de coordenação a nível governamental que promova a acção relacionada em diferentes sectores e a diferentes níveis.

2. Os Estados Partes devem, em conformidade com os seus sistemas jurídico e administrativo, manter, fortalecer, nomear ou estabelecer, a nível interno, uma estrutura que inclua um ou mais mecanismos independentes, conforme apropriado, com vista a promover, proteger e monitorizar a implementação da presente Convenção. Ao nomear ou criar tal mecanismo, os Estados Partes terão em conta os princípios relacionados com o estatuto e funcionamento das instituições nacionais para a protecção e promoção dos direitos humanos.

3. A sociedade civil, em particular as pessoas com deficiência e as suas organizações representativas, deve estar envolvida e participar activamente no processo de monitorização.

Artigo 34.º

Comissão para os Direitos das Pessoas com Deficiência

1. Será criada uma Comissão para os Direitos das Pessoas com Deficiência (doravante referida como «Comissão»), que exercerá as funções em seguida definidas.

2. A Comissão será composta, no momento de entrada em vigor da presente Convenção, por 12 peritos. Após 60 ratificações ou adesões adicionais à Convenção, a composição da Comissão aumentará em 6 membros, atingindo um número máximo de 18 membros.

3. Os membros da Comissão desempenham as suas funções a título pessoal, sendo pessoas de elevada autoridade moral e de reconhecida competência e experiência no campo abrangido pela presente Convenção. Ao nomearem os seus candidatos, os Estados Partes são convidados a considerar devidamente a disposição estabelecida no artigo 4.º, n.º 3, da presente Convenção.

4. Os membros da Comissão devem ser eleitos pelos Estados membros, sendo considerada a distribuição geográfica equitativa, a representação de diferentes formas de civilização e os prin-

cipais sistemas jurídicos, a representação equilibrada de géneros e a participação de peritos com deficiência.

5. Os membros da Comissão são eleitos por voto secreto a partir de uma lista de pessoas nomeada pelos Estados Partes, de entre os seus nacionais, aquando de reuniões da Conferência dos Estados Partes. Nessas reuniões, em que o quórum é composto por dois terços dos Estados Partes, as pessoas eleitas para a Comissão são aquelas que obtiverem o maior número de votos e uma maioria absoluta de votos dos representantes dos Estados Partes presentes e votantes.

6. A eleição inicial tem lugar nos seis meses seguintes à data de entrada em vigor da presente Convenção. Pelo menos quatro meses antes da data de cada eleição, o Secretário-Geral das Nações Unidas remete uma carta aos Estados Partes a convidá-los a proporem os seus candidatos num prazo de dois meses. Em seguida, o Secretário-Geral elabora uma lista em ordem alfabética de todos os candidatos assim nomeados, indicando os Estados Partes que os nomearam, e submete-a aos Estados Partes na presente Convenção.

7. Os membros da Comissão são eleitos para um mandato de quatro anos. Apenas podem ser re-eleitos uma vez. No entanto, o mandato de seis dos membros eleitos na primeira eleição termina ao fim de dois anos; imediatamente após a primeira eleição, os nomes destes seis membros são escolhidos aleatoriamente pelo Presidente da reunião conforme referido no n.º 5 do presente artigo.

8. A eleição dos seis membros adicionais da Comissão deve ter lugar por ocasião das eleições regulares, em conformidade com as disposições relevantes do presente artigo.

9. Se um membro da Comissão morrer ou renunciar ou declarar que por qualquer outro motivo, ele ou ela não pode continuar a desempenhar as suas funções, o Estado Parte que nomeou o membro designará outro perito que possua as qualificações e cumpra os requisitos estabelecidos nas disposições relevantes do presente artigo, para preencher a vaga até ao termo do mandato.

10. A Comissão estabelecerá as suas próprias regras de procedimento.

11. O Secretário-Geral das Nações Unidas dispo-

nibiliza o pessoal e instalações necessários para o desempenho efectivo das funções da Comissão ao abrigo da presente Convenção e convocará a sua primeira reunião.

12. Com a aprovação da Assembleia geral das Nações Unidas, os membros da Comissão estabelecida ao abrigo da presente Convenção recebem emolumentos provenientes dos recursos das Nações Unidas segundo os termos e condições que a Assembleia determinar, tendo em consideração a importância das responsabilidades da Comissão.

13. Os membros da Comissão têm direito às facilidades, privilégios e imunidades concedidas aos peritos em missão para as Nações Unidas conforme consignado nas secções relevantes da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas.

Artigo 35.º

Relatórios dos Estados Partes

1. Cada Estado Parte submete à Comissão, através do Secretário-Geral das Nações Unidas, um relatório detalhado das medidas adoptadas para cumprir as suas obrigações decorrentes da presente Convenção e sobre o progresso alcançado a esse respeito, num prazo de dois anos após a entrada em vigor da presente Convenção para o Estado Parte interessado.

2. Posteriormente, os Estados Partes submetem relatórios subsequentes, pelos menos a cada quatro anos e sempre que a Comissão tal solicitar.

3. A Comissão decide as directivas aplicáveis ao conteúdo dos relatórios.

4. Um Estado Parte que tenha submetido um relatório inicial detalhado à Comissão não necessita de repetir a informação anteriormente fornecida nos seus relatórios posteriores. Ao prepararem os relatórios para a Comissão, os Estados Partes são convidados a fazê-lo através de um processo aberto e transparente e a considerarem devida a disposição consignada no artigo 4.º, n.º 3, da presente Convenção.

5. Os relatórios podem indicar factores e dificuldades que afectem o grau de cumprimento das obrigações decorrentes da presente Convenção.

Artigo 36.º

Apreciação dos relatórios

1. Cada relatório é examinado pela Comissão,

que apresenta sugestões e recomendações de carácter geral sobre o relatório, conforme considere apropriado e deve transmiti-las ao Estado Parte interessado. O Estado Parte pode responder à Comissão com toda a informação que considere útil. A Comissão pode solicitar mais informação complementar aos Estados Partes relevantes para a implementação da presente Convenção.

2. Se um Estado Parte estiver significativamente atrasado na submissão de um relatório, a Comissão pode notificar o Estado Parte interessado da necessidade de examinar a aplicação da presente Convenção nesse mesmo Estado Parte, com base na informação fiável disponibilizada à Comissão, caso o relatório relevante não seja submetido dentro dos três meses seguintes à notificação. A Comissão convida o Estado Parte interessado a participar no referido exame. Caso o Estado Parte responda através da submissão do relatório relevante, aplicam-se as disposições do n.º 1 do presente artigo.

3. O Secretário-Geral das Nações Unidas disponibiliza os relatórios a todos os Estados Partes.

4. Os Estados Partes tornam os seus relatórios largamente disponíveis ao público nos seus próprios países e facilitam o acesso a sugestões e recomendações de carácter geral relativamente aos mesmos.

5. A Comissão transmite, conforme apropriado, às agências especializadas, fundos e programas das Nações Unidas e outros órgãos competentes, os relatórios dos Estados Partes de modo a tratar um pedido ou indicação de uma necessidade de aconselhamento ou assistência técnica neles constantes, acompanhados das observações e recomendações da Comissão, se as houver, sobre os referidos pedidos ou indicações.

Artigo 37.º

Cooperação entre Estados Partes e a Comissão

1. Cada Estado Parte coopera com a Comissão e apoia os seus membros no cumprimento do seu mandato.

2. Na sua relação com os Estados Partes, a Comissão tem em devida consideração as formas e meios de melhorar as capacidades nacionais para a aplicação da presente Convenção, incluindo através da cooperação internacional.

Artigo 38.º

Relação da Comissão com outros organismos

De modo a promover a efectiva aplicação da presente Convenção e a incentivar a cooperação internacional no âmbito abrangido pela presente Convenção:

a) As agências especializadas e outros órgãos das Nações Unidas têm direito a fazerem-se representar quando for considerada a implementação das disposições da presente Convenção que se enquadrem no âmbito do seu mandato. A Comissão pode convidar agências especializadas e outros organismos competentes, consoante considere relevante, para darem o seu parecer técnico sobre a implementação da Convenção nas áreas que se enquadrem no âmbito dos seus respectivos mandatos. A Comissão convida agências especializadas e outros órgãos das Nações Unidas, para submeterem relatórios sobre a aplicação da Convenção nas áreas que se enquadrem no âmbito das suas respectivas actividades;

b) A Comissão, no exercício do seu mandato, consulta, sempre que considere apropriado, outros organismos relevantes criados por tratados internacionais sobre direitos humanos, com vista a assegurar a consistência das suas respectivas directivas para a apresentação de relatórios, sugestões e recomendações de carácter geral e evitar a duplicação e sobreposição no exercício das suas funções.

Artigo 39.º

Relatório da Comissão

A Comissão presta contas a cada dois anos à Assembleia geral e ao Conselho Económico e Social sobre as suas actividades e poderá fazer sugestões e recomendações de carácter geral baseadas na análise dos relatórios e da informação recebida dos Estados Partes. Estas sugestões e recomendações de carácter geral devem constar do relatório da Comissão, acompanhadas das observações dos Estados Partes, se os houver.

Artigo 40.º

Conferência dos Estados Partes

1. Os Estados Partes reúnem-se regularmente numa Conferência dos Estados Partes de modo a considerar qualquer questão relativa à aplicação

da presente Convenção.

2. Num prazo máximo de seis meses após a entrada em vigor da presente Convenção, o Secretário-Geral das Nações Unidas convoca a Conferência dos Estados Partes. As reuniões posteriores são convocadas pelo Secretário-Geral a cada dois anos ou mediante decisão da Conferência dos Estados Partes.

Artigo 41.º

Depositário

O Secretário-Geral das Nações Unidas é o depositário da presente Convenção.

Artigo 42.º

Assinatura

A presente Convenção estará aberta a assinatura de todos os Estados e das organizações de integração regional na Sede das Nações Unidas em Nova Iorque, a partir de 30 de Março de 2007.

Artigo 43.º

Consentimento em estar vinculado

A presente Convenção está sujeita a ratificação pelos Estados signatários e a confirmação formal pelas organizações de integração regional signatárias. A Convenção está aberta à adesão de qualquer Estado ou organização de integração regional que não a tenha assinado.

Artigo 44.º

Organizações de integração regional

1. «Organização de integração regional» designa uma organização constituída por Estados soberanos de uma determinada região, para a qual os seus Estados membros transferiram a competência em matérias regidas pela presente Convenção. Estas organizações devem declarar, nos seus instrumentos de confirmação formal ou de adesão, o âmbito da sua competência relativamente às questões regidas pela presente Convenção. Subsequentemente, devem informar o depositário de qualquer alteração substancial no âmbito da sua competência.

2. As referências aos «Estados Partes» na presente Convenção aplicam-se às referidas organizações dentro dos limites das suas competências.

3. Para os fins do disposto nos artigos 45.º, n.º

1, e 47.º, n.os 2 e 3, da presente Convenção, qualquer instrumento depositado por uma organização de integração regional não será contabilizado.

4. As organizações de integração regional, em matérias da sua competência, podem exercer o seu direito de voto na Conferência dos Estados Partes, com um número de votos igual ao número dos seus Estados membros que sejam Partes na presente Convenção. Esta organização não exercerá o seu direito de voto se qualquer um dos seus Estados membros exercer o seu direito, e vice-versa.

Artigo 45.º

Entrada em vigor

1. A presente Convenção entra em vigor no 30.º dia após a data do depósito do 20.º instrumento de ratificação ou adesão.

2. Para cada Estado ou organização de integração regional que ratifique, a confirme formalmente ou adira à presente Convenção após o depósito do 20.º instrumento, a Convenção entrará em vigor no 30.º dia após o depósito do seu próprio instrumento.

Artigo 46.º

Reservas

1. Não são admitidas quaisquer reservas incompatíveis com o objecto e o fim da presente Convenção.

2. As reservas podem ser retiradas a qualquer momento.

Artigo 47.º

Revisão

1. Qualquer Estado Parte pode propor uma emenda à presente Convenção e submetê-la ao Secretário-Geral das Nações Unidas. O Secretário-Geral comunica quaisquer emendas propostas aos Estados Partes, solicitando que lhe seja transmitido se são a favor de uma conferência dos Estados Partes com vista a apreciar e votar as propostas. Se, dentro de quatro meses a partir da data dessa comunicação, pelo menos um terço dos Estados Partes forem favoráveis a essa conferência, o Secretário-Geral convoca-a sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer emenda adoptada por

uma maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes é submetida pelo Secretário-Geral à Assembleia geral das Nações Unidas para aprovação e, em seguida, a todos os Estados Partes para aceitação.

2. Uma emenda adoptada e aprovada em conformidade com o n.º 1 do presente artigo deve entrar em vigor no trigésimo dia após o número de instrumentos de aceitação depositados alcançar dois terços do número dos Estados Partes à data de adopção da emenda. Consequentemente, a emenda entra em vigor para qualquer Estado Parte no trigésimo dia após o depósito dos seus respectivos instrumentos de aceitação. A emenda apenas é vinculativa para aqueles Estados Partes que a tenham aceite.

3. Caso assim seja decidido pela Conferência dos Estados Partes por consenso, uma emenda adoptada e aprovada em conformidade com o n.º 1 do presente artigo que se relacione exclusivamente com os artigos 34.º, 38.º, 39.º e 40.º entra em vigor para todos os Estados Partes no 30.º dia após o número de instrumentos de aceitação depositados alcançar os dois terços do número dos Estados Partes à data de adopção da emenda.

Artigo 48.º

Denúncia

Um Estado Parte pode denunciar a presente Convenção mediante notificação escrita ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia produzirá efeitos um ano após a data de recepção da notificação pelo Secretário-Geral.

Artigo 49.º

Formato acessível

O texto da presente Convenção será disponibilizado em formatos acessíveis.

Artigo 50.º

Textos autênticos

Os textos nas línguas árabe, chinesa, inglesa, francesa, russa e espanhola da presente Convenção são igualmente autênticos.

Em fé do que os plenipotenciários abaixo-assinados, estando devidamente autorizados para o efeito pelos seus respectivos Governos, assinaram a presente Convenção.

Protocolo Opcional à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Os Estados Partes no presente Protocolo acordam o seguinte:

Artigo 1.º

1. Um Estado Parte no presente Protocolo («Estado Parte») reconhece a competência da Comissão sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência («Comissão») para receber e apreciar as comunicações de e em nome de indivíduos ou grupos de indivíduos sujeitos à sua jurisdição que reivindicam ser vítimas de uma violação por parte desse Estado Parte das disposições da Convenção.

2. A Comissão não recebe uma comunicação se esta disser respeito a um Estado Parte na Convenção que não seja parte no presente Protocolo.

Artigo 2.º

A Comissão considera uma comunicação como não admissível sempre que:

- a) A comunicação for anónima;
- b) A comunicação constitua um abuso do direito de submissão dessas comunicações ou seja incompatível com as disposições da Convenção;
- c) A mesma questão já tiver sido analisada pela Comissão ou tenha sido ou esteja a ser examinada nos termos de outro procedimento internacional de investigação ou de resolução;
- d) Todos os recursos internos disponíveis não foram esgotados, salvo se a tramitação desses recursos for despropositadamente prolongada ou que seja improvável que, desta forma, o requerente obtenha uma reparação efectiva;
- e) É manifestamente infundada ou não foi fundamentada de forma suficiente; ou quando
- f) Os factos que são alvo da comunicação ocorreram antes da entrada em vigor do presente Protocolo para o Estado Parte interessado, excepto se esses factos continuarem após essa data.

Artigo 3.º

Sujeita às disposições do artigo 2.º do presente Protocolo, a Comissão traz à atenção do Estado Parte quaisquer comunicações que lhe sejam submetidas confidencialmente. Dentro de seis meses, o Estado receptor submete à Comissão explicações ou declarações por escrito a esclarecer o assunto e as medidas que possam ter sido tomadas para reparar a situação.

Artigo 4.º

1. A qualquer momento depois da recepção de uma comunicação e antes de se ter alcançado uma decisão sobre o mérito da mesma, a Comissão transmite ao Estado Parte interessado para sua apreciação urgente um pedido para que o Estado Parte tome medidas provisórias, consoante necessário, para evitar possíveis danos irreparáveis à vítima ou vítimas da alegada violação.

2. Sempre que a Comissão exercer a faculdade que lhe é conferida pelo n.º 1 do presente artigo, tal não implica uma decisão sobre a admissibilidade ou sobre o mérito da comunicação.

Artigo 5.º

A Comissão realiza reuniões à porta fechada quando examinar comunicações nos termos do presente Protocolo. Depois de examinar uma comunicação, a Comissão deve encaminhar as suas sugestões e recomendações, se as houver, ao Estado Parte interessado e ao requerente.

Artigo 6.º

1. Se a Comissão receber informação fidedigna que indique violações graves ou sistemáticas por parte de um Estado Parte dos direitos estabelecidos na Convenção, a Comissão convida esse Estado Parte a cooperar na análise da informação e, para esse efeito, a submeter observações em relação à informação em questão.

2. Tendo em consideração quaisquer observações que possam ter sido submetidas pelo Estado Parte interessado assim como qualquer outra informação fidedigna, a Comissão pode nomear um ou mais dos seus membros para conduzir um inquérito e comunicar urgente-

mente à Comissão. Sempre que garantido e com o consentimento do Estado Parte, o inquérito pode incluir uma visita ao seu território.

3. Depois de analisar as conclusões de tal inquérito, a Comissão transmite essas conclusões ao Estado Parte interessado em conjunto com quaisquer observações e recomendações.

4. O Estado Parte interessado deve, dentro de seis meses após a recepção das conclusões, observações e recomendações transmitidas pela Comissão, submeter as suas observações à Comissão.

5. Tal inquérito deve ser conduzido confidencialmente e a cooperação do Estado Parte é solicitada em todas as fases do processo.

Artigo 7.º

1. A Comissão pode convidar o Estado Parte interessado a incluir no seu relatório, nos termos do artigo 35.º da Convenção, detalhes de quaisquer medidas tomadas em resposta a um inquérito conduzido nos termos do artigo 6.º do presente Protocolo.

2. A Comissão pode, se necessário, após o período de seis meses referidos no artigo 6.º, n.º 4, convidar o Estado parte interessado a informá-la sobre as medidas tomadas em resposta a tal inquérito.

Artigo 8.º

Cada Estado Parte pode, no momento da assinatura ou ratificação do presente Protocolo ou adesão ao mesmo, declarar que não reconhece a competência da Comissão que lhe é atribuída nos artigos 6.º e 7.º

Artigo 9.º

O Secretário-Geral das Nações Unidas é o depositário do presente Protocolo.

Artigo 10.º

O presente Protocolo está aberto a assinatura de todos os Estados e das organizações de integração regional signatários na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, a partir de 30 de Março de 2007.

Artigo 11.º

O presente Protocolo está sujeito a ratificação

pelos Estados signatários que tenham ratificado ou aderido à Convenção. O presente Protocolo está sujeito a confirmação formal pelas organizações de integração regional signatárias, que tenham formalmente confirmado ou aderido à Convenção. Está aberto à adesão de qualquer Estado ou organização de integração regional que tenha ratificado, confirmado formalmente ou aderido à Convenção e que não tenha assinado o Protocolo.

Artigo 12.º

1. «Organização de integração regional» designa uma organização constituída por Estados soberanos de uma determinada região, para a qual os seus Estados membros transferiram a competência em matérias regidas pela Convenção e pelo presente Protocolo. Estas organizações devem declarar, nos seus instrumentos de confirmação formal ou de adesão, o âmbito da sua competência relativamente às questões regidas pela Convenção e o presente Protocolo.

2. Subsequentemente, devem informar o depositário de qualquer alteração substancial no âmbito da sua competência.

3. As referências aos «Estados Partes» no presente Protocolo aplicam-se às referidas organizações dentro dos limites das suas competências.

4. Para os fins do disposto nos artigos 13.º, n.º 1, e 15.º, n.º 2 do presente Protocolo, qualquer instrumento depositado por uma organização de integração regional não é contabilizado.

5. As organizações de integração regional, em matérias da sua competência, podem exercer o seu direito de voto na reunião dos Estados Partes, com um número de votos igual ao número dos seus Estados membros que sejam Partes no presente Protocolo. Esta organização não exerce o seu direito de voto se qualquer um dos seus Estados membros exercer o seu direito, e vice-versa.

Artigo 13.º

1. Sujeito à entrada em vigor da Convenção, o presente Protocolo entra em vigor no trigésimo dia após o depósito do 10.º instrumento de ratificação ou de adesão.

2. Para cada Estado ou organização de integração regional que ratifique, confirme oficialmente ou adira ao presente Protocolo após o depósito do décimo instrumento, o Protocolo entra em vigor no 30.º dia após o depósito do seu próprio instrumento.

Artigo 14.º

1. Não são admitidas quaisquer reservas incompatíveis com o objecto e o fim do presente Protocolo.

2. As reservas podem ser retiradas a qualquer momento.

Artigo 15.º

1. Qualquer Estado Parte pode propor uma emenda ao presente Protocolo e submetê-la ao Secretário-Geral das Nações Unidas. O Secretário-Geral comunica quaisquer emendas propostas aos Estados Partes, solicitando que lhe seja transmitido se são a favor de uma reunião dos Estados Partes com vista a apreciar e votar as propostas. Se, dentro de quatro meses a partir da data dessa comunicação, pelo menos um terço dos Estados Partes forem favoráveis a essa reunião, o Secretário-Geral convoca essa reunião sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer emenda adoptada por uma maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes é submetida pelo Secretário-Geral à Assembleia-Geral das Nações Unidas para aprovação e, em seguida, a todos os Estados Partes para aceitação.

2. Uma emenda adoptada e aprovada em conformidade com o n.º 1 do presente artigo entra em vigor no 30.º dia após o número de instrumentos de aceitação depositados alcançar dois terços do número dos Estados Partes à data de adopção da emenda. Consequentemente, a emenda entra em vigor para qualquer Estado Parte no 30.º dia após o depósito do seu respectivo instrumento de aceitação. A emenda apenas é vinculativa para aqueles Estados Partes que a tenham aceite.

Artigo 16.º

Um Estado Parte pode denunciar o presente Protocolo mediante notificação escrita ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia produz efeitos um ano após a data de recepção da notificação pelo Secretário-Geral.

Artigo 17.º

O texto do presente Protocolo será disponibilizado em formatos acessíveis.

Artigo 18.º

Os textos nas línguas árabe, chinesa, inglesa, francesa, russa e espanhola do presente Protocolo são igualmente autênticos.

Em fé do que os plenipotenciários abaixo-assinados, estando devidamente autorizados para o efeito pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Protocolo.

